



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO**

**MARIA LUIZA WENSE FERNANDES BORGES**

**INDÚSTRIA E HABITAÇÃO: O CASO DA VILA OPERÁRIA DE VALENÇA - BA**

Salvador - BA  
2025



**MARIA LUIZA WENSE FERNANDES BORGES**

**INDÚSTRIA E HABITAÇÃO: O CASO DA VILA OPERÁRIA DE VALENÇA - BA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Rosali Braga Fernandes

Salvador - BA  
2025

**MARIA LUIZA WENSE FERNANDES BORGES**

**INDÚSTRIA E HABITAÇÃO: O CASO DA VILA OPERÁRIA DE VALENÇA - BA**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia, pela banca examinadora formada pelos professores:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Rosali Braga Fernandes (Orientadora)  
Doutora em Geografia Urbana  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

Prof. Dr. João Soares Pena (Membro Interno)  
Doutor em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

Prof. Dr. Plínio Martins Falcão (Membro Externo)  
Doutor em Geografia Física  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Julho de 2025

Dedico esse trabalho a minha avó, Dona Maria Teresa, que sempre sonhou ver o Anjo dela se tornar Urbanista, mas as curvas sinuosas da vida a levaram para um caminho que não tem volta antes que ela pudesse realizá-lo.

## AGRADECIMENTOS

Eu gostaria inicialmente de agradecer aos meus pais, André e Aurélia, sem eles nada disso seria possível. André sempre foi a minha pessoa, sempre me dando forças e voando comigo nos meus sonhos, quanto mais alto, melhor. Aurélia, apesar de realidades diferentes, sempre batalhou muito para me trazer aqui e sempre incentivou minhas ideias, e até hoje nunca desistiu de tentar me entender.

Ao meu irmão Gabriel, que a muitos pode parecer distante e talvez até excêntrico, mas que pra mim sempre foi o cara que faria de tudo por mim, desde atravessar a Floresta de Fangorn até me acompanhar aos portões de Mordor e além.

A minha irmã Ana Cecília, que desde que eu consigo me lembrar sempre me tratou da forma mais amorosa e gentil que alguém poderia ser tratado, que sempre estava disposta a ler meus textos e identificar os erros de ortografia.

As duas das maiores guerreiras que conheço, minhas madrinhas Suzana e Betânia, muito se fala sobre o poder de enfrentar seus problemas de frente e com a cabeça erguida, mas pouco se fala sobre a resiliência necessária para enfrentar tudo isso com um sorriso no rosto.

Aos meus amigos Juan, Sophia e Éllen, sou muito sortuda por ter vocês para alegrar meus dias e me fazer sorrir. Aos meus presentes da UNEB, Sofia, Iohanna e Samir, foi uma honra conhecer vocês e formar *La-Familia*.

A minha orientadora, Rosali, uma mulher que não só admiro enormemente, mas também uma mulher que conseguiu transformar uma temática que eu detestava no caminho que eu quero seguir. Agradeço também à banca, João e Plínio, que se dispuseram a participar desse momento tão importante pra mim.

As damas do Colegiado, Odete, Genilda e Clélia, sempre dispostas e sempre atenciosas, o esforço de vocês me auxiliou muito nessa jornada.

A minha sogra e meu sogro, Nelson e Maria de Lourdes, que me aceitaram não apenas em sua casa, mas também em seus corações. A Elder e Jo, que mesmo depois que eu fui pra faculdade, continuam me acolhendo e me auxiliando.

Por fim, ao meu companheiro, e minha maior dádiva, Lucas, meu sol em dias frios e minha luz no fim dos túnel. Você completou uma parte de mim que eu nunca percebi que estava vazia. Depois que eu te conheci, nada foi como antes.

*“A cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações.”*

***Maria Encarnação Beltrão Sposito***

## RESUMO

Este trabalho busca analisar as transformações urbanas e socioespaciais na cidade de Valença - BA fomentadas pela implantação da Companhia Valença Industrial neste centro urbano, desde sua inauguração, em 1844 até 2024. Há duas fases da industrialização brasileira que serão fundamentais nesta pesquisa: a fase Proibição (1500-1808), que foi marcada por uma série de restrições em relação ao desenvolvimento industrial brasileiro, e a fase da Implantação (1808-1930), marcada pelo aumento dos investimentos no setor industrial. Nesse contexto, a Bahia destacou-se por conta das fábricas “Todos os Santos” e “Nossa Senhora do Amparo”, que foram fundamentais para o crescimento e urbanização de Valença. Este estudo destaca como a fundição dessas duas fábricas na Companhia Valença Industrial promoveu uma reorganização urbana, através do fornecimento de energia elétrica, do sistema de distribuição de água e, principalmente, da criação da Vila Operária no ano de 1922. Essa vila, que posteriormente se elevou à condição de bairro, inicialmente possuía 143 casas e representa o primeiro projeto de habitação de interesse social na cidade. Além de abrigar os trabalhadores próximos às fábricas, a vila refletia as dinâmicas sociais e as relações de poder na época, sendo um instrumento coercitivo de controle dos operários. Esta monografia busca investigar como essas transformações moldaram a paisagem urbana e as dinâmicas socioespaciais de Valença, evidenciando o papel da indústria na configuração espacial da cidade e no surgimento da habitação de interesse social na localidade.

**Palavras-chave:** Industrialização. Habitação. Urbanização. Vila Operária. Valença (BA).

## ABSTRACT

This monograph aims to analyze the urban and socio-spatial transformations in the city of Valença, Bahia, driven by the establishment of Companhia Valença Industrial in this urban center, from its inauguration in 1844 to the year 2024. Two phases of Brazilian industrialization are fundamental to this research: the Prohibition Phase (1500–1808), marked by a series of restrictions on industrial development in Brazil, and the Implementation Phase (1808–1930), characterized by increased investment in the industrial sector. In this context, the state of Bahia stood out due to the “Todos os Santos” and “Nossa Senhora do Amparo” factories, which were essential to the growth and urbanization of Valença. This study highlights how the merger of these two factories into Companhia Valença Industrial promoted urban reorganization through the provision of electricity, the development of a water distribution system, and, most notably, the creation of the Workers’ Village (Vila Operária) in 1922. This village, which was later recognized as an official neighborhood, initially had 143 houses and represents the city’s first social housing project. In addition to housing workers near the factories, the village reflected the social dynamics and power relations of the time, serving as a coercive instrument for controlling the labor force. This research seeks to investigate how these transformations shaped Valença’s urban landscape and socio-spatial dynamics, emphasizing the role of industry in the city’s spatial configuration and the emergence of social housing in the area.

**Keywords:** Industrialization. Housing. Urbanization. Worker’s Village. Valença (BA).

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 URBANIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE VILAS OPERÁRIAS NO BRASIL</b>	<b>16</b>
2.1 URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO	16
2.2 MORADIA POPULAR	19
2.3 VILAS OPERÁRIAS	24
<b>3 A CIDADE DE VALENÇA - BA</b>	<b>30</b>
3.1 LOCALIZAÇÃO E HISTÓRIA INDUSTRIAL	30
3.2 A CRIAÇÃO DA VILA OPERÁRIA	40
<b>4 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO FOMENTADAS PELA COMPANHIA VALENÇA INDUSTRIAL</b>	<b>49</b>
4.1 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO FÍSICO	49
4.2 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO SOCIAL	52
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A primeira fase da industrialização brasileira, ocorrida entre 1500 a 1808, foi chamada de “Proibição”, pois nessa época havia uma certa restrição em relação ao crescimento industrial no Brasil. A indústria existente nos primeiros anos dessa fase era pequena e voltada para consumo interno, entretanto, na segunda metade do século XVIII, outras indústrias começaram a crescer, como a de ferro e a têxtil. Dessa forma, elas começaram a criar concorrência ao comércio da corte, pois poderiam vir a tornar a colônia financeiramente independente, o que, por sua vez, facilitaria a independência política da mesma. Sendo assim, em 5 de janeiro de 1785, Dona Maria I assinou um alvará que extinguiu todas as manufaturas têxteis da colônia, exceto a dos panos grossos, que eram voltadas para escravos e trabalhadores (Azevedo, 2010).

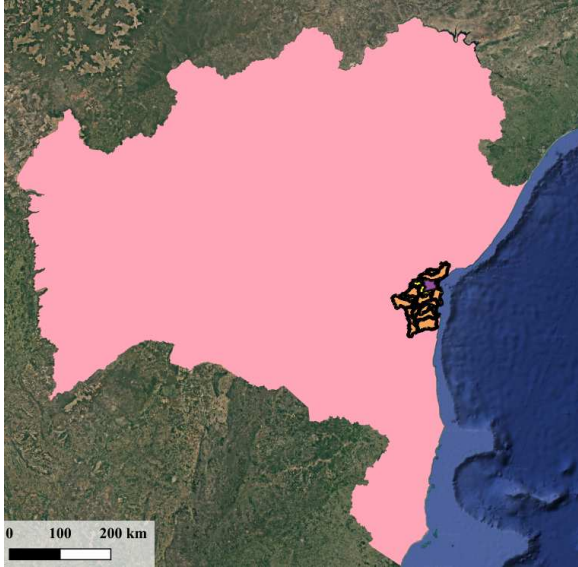
Posteriormente, entre 1808 e 1930, surge o período “Implantação”, que será mais aprofundado no decorrer deste trabalho. Foi nessa época que a família real chegou no Brasil e que os portos foram abertos para o comércio exterior. Durante essa fase, o desenvolvimento industrial brasileiro não foi tão grande em decorrência da concorrência com o mercado inglês; além disso, como a escravidão ainda era legalizada, não havia trabalhadores livres e assalariados para compor o mercado consumidor. Segundo Azevedo (2010), esse panorama só veio a mudar quando a Lei Eusébio de Queiroz foi assinada em 1850, proibindo o tráfico de escravos, que trouxe consequências importantes para o desenvolvimento industrial brasileiro.

Com o fim da escravidão, em 1888, o capital que costumava ser aplicado na compra de escravos passou a ser investido no setor industrial. De acordo com Gunn e Correia (2005), a Bahia foi um dos estados pioneiros na implantação de fábricas têxteis, tendo seus primeiros empreendimentos localizados ao sul da cidade de Salvador. Um dos núcleos fabris mais importantes do estado foi a fábrica “Todos os Santos”, construída em Valença no ano de 1844.

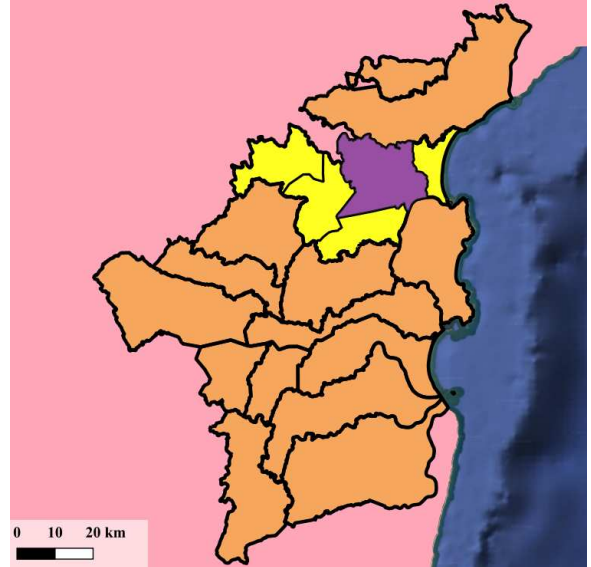
Originalmente, Valença foi criada como Vila Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus, através da carta régia de 23 de janeiro de 1799, momento em que ela foi desmembrada do município de Cairu. Porém, foi apenas em 10 de outubro de 1849 que ela foi elevada à condição de cidade, por meio da Lei Provincial nº 368. Diante disso, pode-se perceber que, mesmo antes de se tornar uma cidade, a localidade já contava com a presença de indústrias (Felício, 2018). A seguir, pode-se ver no Mapa 1.1 a localização da cidade e do município de Valença:

**Mapa 1.1 - Mapa de localização da Cidade de Valença**

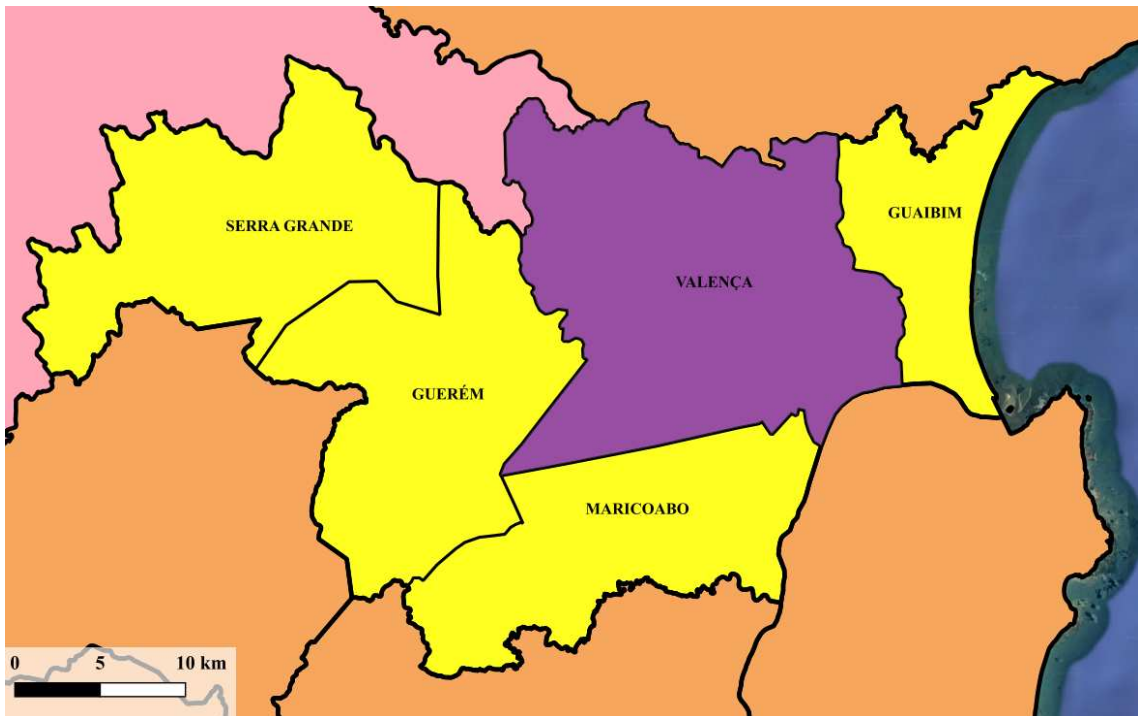
**Mapa de Referência - Território de Identidade do Baixo Sul Baiano**



**Mapa de Referência - Município de Valença**



**Mapa de Valença - Município de Valença e sua divisão distrital**



- CIDADE DE VALENÇA
- MUNICÍPIO DE VALENÇA
- TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO BAIXO SUL BAIANO
- BAHIA

SISTEMA DE REFERÊNCIA DE COORDENADAS (SRC): EPGS 31984 - SIRGAS 2000/UTM ZONE 24S  
 FONTE: IBGE (2025)  
 ELABORAÇÃO: MARIA LUIZA W.F. BORGES  
 JUNHO, 2025

A cidade de Valença é atravessada pelo Rio Una, o qual possibilitou o cultivo de uma boa relação comercial tanto com Salvador quanto com outras províncias. Frequentemente, esse comércio era realizado através da cabotagem<sup>1</sup>, estendendo-se até lugares como Sergipe, Alagoas, Rio de Janeiro e Pernambuco (Felício, 2018).

Assim como a maioria das indústrias desta época, a fábrica “Todos os Santos” era localizada numa área de campo, pois os investidores deste setor buscavam implantar seus empreendimentos em locais próximos a matas e cachoeiras, recursos que poderiam ser utilizados como fontes de energia (Correia, et al., 2006). No ano de 1860 foi construída outra fábrica na cidade, a “Nossa Senhora do Amparo”, que também foi de extrema importância para o desenvolvimento industrial do estado da Bahia. Posteriormente, no ano de 1887, as duas fábricas foram englobadas na firma Moreira e Cia. Por conta de algumas mudanças ocorridas no final de 1880, criou-se, em 1887 a sociedade anônima Companhia Valença Industrial (Oliveira, 1985).

Além disso, no que tange à atividade industrial brasileira, é válido mencionar que, conforme Correia (2011, p. 273):

Um dos aspectos do impacto da atividade industrial no cenário urbano brasileiro diz respeito à construção de conjuntos residenciais para abrigar famílias de operários e, eventualmente também, de dirigentes de empresas. Durante cerca de 150 anos, fábricas (têxteis, de papel, de cimento, de vidro, siderúrgicas, etc), empresas de mineração, usinas de açúcar, companhias ferroviárias, madeireiras e frigoríficos ergueram no Brasil milhares de moradias, promovendo alterações importantes na forma de habitar e no cenário de campos e cidades.

No período entre 1880 e 1930, em meio a este contexto de crescimento industrial, emergiu a necessidade de moradia próxima ao local de trabalho para os operários, fato que corroborou para o início da produção da moradia operária. Este momento corresponde ao início do regime republicano. Durante esse período, a produção de moradia era uma atividade exercida pela iniciativa privada, que objetivava manter os trabalhadores próximos às fábricas, bem como conseguir rendimentos através de investimentos na construção ou aquisição de casas de aluguel (Bonduki, 1994). De acordo com Bonduki (2013, p. 41):

Baseada na casa unifamiliar, a vila operária era o modelo de habitação econômica e higiênica, o ideal a ser atingido. Desde o Império, surgiram incentivos, inclusive a isenção de impostos de

---

<sup>1</sup> Cabotagem é uma alternativa de transporte de cargas por navios cuja navegação é feita entre portos do mesmo país (TOTVS, 2023).

importação de materiais, para facilitar sua construção. Em São Paulo, a lei 493/1900 previa a isenção de impostos municipais para as vilas operárias construídas conforme o padrão da prefeitura e fora do perímetro central, incentivo reforçado em 1908, pela lei nº 1098.

Durante esse período, as moradias operárias não eram vistas apenas como complemento da edificação das fábricas, mas também como uma possível solução para a escassez de moradia urbana, agravada pela expansão industrial. Seria necessário que o Governo interviesse ativamente não só para a expansão, como também para a regulamentação dessa nova modalidade habitacional que visava acomodar os trabalhadores do parque fabril que emergia, porém, este só veio a participar efetivamente das políticas habitacionais do país em meados do século XX (FINEP, 1985).

A Companhia Valença Industrial (CVI), formada pelas duas fábricas anteriormente mencionadas, desenvolveu um papel extremamente importante para o crescimento interno e pela reorganização urbana de Valença, como por exemplo, a implantação da Vila Operária em 1922, o fornecimento de energia elétrica e o serviço de distribuição de água potável para toda a cidade. Segundo Paixão (2006), a Vila Operária foi a primeira tipologia de habitação social construída na cidade.

Segundo Bonduki (2013), existiam duas modalidades de vilas operárias: uma, o assentamento habitacional que era promovido por empresas e eram destinados a seus funcionários, que será o caso analisado neste trabalho; e a outra, que era produzida pela iniciativa privada e destinada ao mercado de locação. Frequentemente, essas duas modalidades apresentavam características físicas semelhantes e confundiam-se no espaço urbano.

Do ponto de vista da história do urbanismo, a criação dos núcleos fabris e das vilas operárias foi considerado um momento importante no que se refere à construção de um “habitat proletário moderno”, onde a moradia emerge articulada com equipamentos de uso coletivo e redes de infraestrutura, e ao mesmo tempo configura-se como um local de repouso e vida familiar (Correia, 2011).

Correia (2011) afirma também que as vilas possuem organização interna, e que essa organização é submetida a uma organização funcional do espaço e por requisitos de higiene e conforto. Essa modalidade habitacional frequentemente tende a manter a família no seu interior, sendo, nesse sentido, semelhante a uma tendência de redução da rua a um mero local de circulação. As vilas operárias impunham regras duras aos seus moradores e, pelo menos no início, eram um instrumento coercitivo do patronato, mediante o qual se obteria dos empregados uma quase completa submissão (FINEP, 1985).

Este trabalho busca investigar como a industrialização e a Companhia Valença Industrial transformaram a dinâmica socioespacial da cidade de Valença. A pesquisa foi realizada no espaço temporal de 1844( quando a Fábrica Todos os Santos foi erguida), até 2024, possuindo enfoque na criação e crescimento da Vila Operária. Visando alcançar este propósito, foram definidos dois objetivos específicos para auxiliar na realização dessa tarefa: investigar o crescimento industrial de Valença e analisar a implantação e o crescimento da Vila Operária, buscando compreender quais foram os principais agentes e processos urbanos responsáveis por isso.

Durante a elaboração desta monografia, foi possível notar que existem muitos estudos publicados acerca da industrialização brasileira e do surgimento de vilas operárias como forma de habitação social, entretanto muitos se dão no contexto urbano das cidades do Sudeste, uma vez que nesta região houve maior crescimento do setor industrial (Freitas, 2024). Todavia, na região Nordeste, está localizada uma das primeiras indústrias têxteis do país, a fábrica “Todos os Santos”, e são escassos os estudos acerca das transformações no cenário habitacional e urbano que esta trouxe para a cidade de Valença - BA, onde foi implantada. Portanto, a escolha desta temática se dá, em especial, pela inovação que um estudo sobre a Vila Operária da cidade de Valença traz para o meio científico.

Nesta pesquisa foi empregada uma abordagem dedutiva, inicialmente fazendo uma análise geral sobre vilas operárias, para em seguida focar na localidade de Valença - BA, buscando compreender como a Companhia Valença Industrial transformou a organização socioespacial da cidade.

Para tal, foi realizada uma pesquisa documental e a revisão de literatura visando a elaboração de um referencial teórico e de um levantamento bibliográfico. Ambos foram elaborados com base em publicações como artigos, monografias, teses e livros, assim como plataformas virtuais, como o Google Acadêmico e bibliotecas universitárias virtuais, que discorriam sobre os conceitos-chave desta monografia.

Em seguida foi feito o estudo de caso, cuja primeira etapa consistiu em identificar quais foram os impactos trazidos pela Indústria para a cidade sob a ótica das informações obtidas; após essa etapa houve uma investigação referente ao processo de implantação e crescimento da Vila Operária da cidade, buscando compreender quais foram os principais agentes e processos urbanos responsáveis por isso.

Outra etapa essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a visita técnica, realizada pelo método de observação, no bairro da Vila Operária e na Companhia Valença Industrial, durante meados do mês de junho do ano de 2025. Na compilação dos dados

utilizou-se o Pacote *Office* da *Microsoft* para elaboração do texto e de quadros, o *Software* QGIS 3.34.4 para confecção de mapas de localização e de delimitação da área de estudo, e o aplicativo Canva durante a organização dos conteúdos para a apresentação desta pesquisa.

Essa monografia está dividida em cinco capítulos. Neste foram tratados conceitos básicos para o entendimento do trabalho, além de estabelecer os objetivos, a justificativa e a metodologia. O segundo capítulo, aborda as temáticas de industrialização, urbanização e a criação de vilas operárias no Brasil e está dividido em três subitens, o primeiro foca na questão industrial e urbana ao longo do processo de crescimento interno do país, o segundo aborda a questão da moradia popular brasileira, e o terceiro trata da criação de vilas operárias no Brasil.

No terceiro capítulo, que também está dividido em dois subitens, foi realizado o estudo de caso da cidade de Valença, no primeiro subitem foi analisado o processo de crescimento da cidade de Valença e sua história industrial, no segundo, foi investigada a construção da vila operária da cidade. No capítulo quatro encontram-se os resultados da investigação referente às transformações urbanas ocorridas em Valença em decorrência da implantação das indústrias têxteis na cidade, visando descobrir os principais impactos urbanos ocorridos por conta disso. O capítulo cinco conta com as considerações finais, sendo seguido pelas referências bibliográficas utilizadas no decorrer desta monografia.

## **2 URBANIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE VILAS OPERÁRIAS NO BRASIL**

A industrialização no Brasil, especialmente a partir do final do século XIX, fomentou profundas transformações na estrutura urbana e social das cidades. Com o crescimento das indústrias e o aumento da demanda por mão de obra, ocorreu um fenômeno chamado de êxodo rural que consiste na migração da população do campo para os centros urbanos. Este fenômeno, juntamente ao contingente de imigrantes que o Brasil passou a receber após a Primeira Guerra Mundial gerou a necessidade de moradia para as camadas populares nos centros urbanos.

Dessa forma, o Governo brasileiro, não possuindo interesse em intervir na questão habitacional, passou estimular a iniciativa privada a construir moradias de aluguel, e é nesse panorama que surge uma nova tipologia habitacional até então inédita do país: as vilas operárias. Estas vilas geralmente eram construídas pelas próprias indústrias, oferecendo habitações simples e higiênicas próximas ao local de trabalho, visando garantir moradia a seus operários e a dominação quase total sobre eles através do controle da vida cotidiana da classe operária dentro do modelo urbano industrial emergente.

Assim, a moradia popular passou a se articular diretamente com o processo de industrialização nacional, tornando-se um elemento essencial na consolidação da urbanização brasileira. Os itens abaixo irão abordar cada uma dessas temáticas de forma individual, para então seguir com o estudo de caso desta monografia.

### **2.1 URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO**

A análise histórica tem demonstrado a existência de uma conexão entre os fluxos e refluxos das migrações urbanas, os surtos de crescimento urbano-industrial e as formas de intervenção do Estado no que se refere ao problema de habitação para população de baixa renda. Todavia, é válido ressaltar que no geral, as maiores crises de deterioração ou escassez da habitação popular ocorreram concomitantemente ao processo de implantação de novas indústrias nos centros urbanos (FINEP, 1985).

As origens desse processo de industrialização remontam ao século XVIII, momento em que a Inglaterra, uma das maiores potências do período, desencadeia uma série de transformações de ordem econômica, técnica, política e social, que convergiram na chamada

Revolução Industrial. A implantação das indústrias gerou grandes transformações de ordem espacial, como por exemplo, a modernização do campo, que causou a expulsão de milhares de camponeses em direção às cidades, as quais não possuíam a infraestrutura necessária para o grande aporte populacional.

A partir do século XX, em especial após a Segunda Guerra Mundial, os países subdesenvolvidos ou de “Terceiro Mundo”, também passaram por processos de industrialização, como é o caso do Brasil. Nestes países, a presença do Estado nacional na industrialização foi muito marcante, bem como as empresas transnacionais, responsáveis pela fomentação deste processo, o que transformou alguns países da periferia mundial em verdadeiras potências industriais. (Azevedo, 2010).

Conforme Azevedo (2010), ao contrário do que ocorreu com os países desenvolvidos, nos países subdesenvolvidos, a industrialização não resultou na melhoria de vida da população, ou no crescimento do país, pois nestes países, este processo, ocorreu de forma dependente do capital internacional, ocasionando um aprofundamento da dependência externa. Como as indústrias que vieram aos países periféricos já eram relativamente modernas, elas não geraram o número de empregos necessários para absorver a mão de obra cada vez mais numerosa proveniente do êxodo rural. Com isso, ocorreu um processo de metropolização acelerado, que não foi acompanhado pela implantação de infraestrutura e geração de empregos, acarretando em um dos maiores problemas dos países subdesenvolvidos de hoje: o inchaço das grandes cidades.

No que se refere a industrialização brasileira, é possível afirmar que o Brasil passou por quatro períodos distintos da mesma, que serão abordados no Quadro 2.1 abaixo:

**Quadro 2.1 - Períodos da Industrialização Brasileira**

PERÍODO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
<p><b>PRIMEIRO PERÍODO (PROIBIÇÃO)</b> <b>1500 - 1808</b></p>	<p>Este período foi caracterizado pela restrição das atividades industriais brasileiras. Era permitida apenas uma pequena indústria para consumo interno em decorrência da distância entre a metrópole e a colônia. Na segunda metade do século XVIII algumas indústrias como a de ferro e a têxtil começaram a crescer, entretanto, elas se tornaram concorrentes ao comércio da corte, o que poderia tornar a colônia financeiramente independente, e por sua vez facilitar a independência política da mesma, fato que desagradou a Coroa Portuguesa. Por conta</p>

	<p>disso, em 5 de janeiro de 1785, Dona Maria I assinou um alvará extinguindo todas as manufaturas têxteis da colônia, exceto a dos panos grossos, para uso dos escravos e trabalhadores.</p>
<p><b>SEGUNDO PERÍODO (IMPLANTAÇÃO)</b> <b>1808 - 1930</b></p>	<p>Marcado pela abertura dos portos ao comércio exterior e pela chegada da família real. Durante este período o crescimento industrial foi mínimo devido à concorrência com os produtos ingleses, e como a escravidão ainda estava em vigor, haviam poucos trabalhadores livres e assalariados para constituir a base do mercado consumidor. Com a assinatura da Lei Eusébio de Queiroz (1850), proibindo o tráfico de escravos, a indústria brasileira foi beneficiada de duas principais formas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O capital que costumava ser investido na compra de escravos passou a ser aplicado no setor industrial;</li> <li>2. A cafeicultura precisava de mão de obra, o que acabou por estimular a entrada de imigrantes, que trouxeram novas técnicas de produção de manufaturados, configurando-se assim, a primeira mão de obra assalariada e organizada do Brasil. Além disso, estes trabalhadores construíram um mercado consumidor indispensável ao crescimento industrial.</li> </ol>
<p><b>TERCEIRO PERÍODO (REVOLUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA)</b> <b>1930 - 1956</b></p>	<p>Período marcado pela Revolução de 1930, que, com Getúlio Vargas, operou uma mudança categórica no plano da política interna, afastando-se do poder do Estado oligárquico tradicional, que representava os interesses agrário-comerciais. Vargas não só adotou uma política industrializante que consistia na substituição de mão de obra imigrante pela nacional, como também investiu na criação da infraestrutura industrial através da implantação da indústria de base e aumento da geração de energia. Foi neste período que foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco e o Conselho Nacional do Petróleo. No segundo governo de Vargas, os projetos de desenvolvimento foram no capitalismo de Estado, agindo através de investimentos públicos no extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros órgãos, gerando importantes subsídios para Juscelino Kubitschek lançar o Plano de Metas.</p>
<p><b>QUARTO PERÍODO (INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA)</b> <b>1956 - 1961</b></p>	<p>Este período ocorreu durante o governo de Juscelino Kubitschek e foi marcado pela criação do Plano de Metas, que dedicou cerca de dois terços dos recursos brasileiros ao estímulo do setor de energia e transporte. Neste período, desenvolveu-se em um ritmo mais intenso o setor rodoviário, fomentando um grande crescimento na indústria de bens de produção. Porém, esse crescimento foi em grande parte calcado pelo capital estrangeiro, atraído por</p>

	incentivos cambiais, fiscais e tarifários oferecidos pelo governo. Durante esse período ocorreu em maior escala a internacionalização da economia brasileira através da atuação das transnacionais.
--	---

Fonte: elaborado por Borges (2025) com base em Azevedo (2010).

Como mencionado anteriormente, a urbanização nos países periféricos se acentuou especialmente após a Primeira Guerra Mundial, devido, sobretudo, ao aumento da imigração. Este fenômeno foi apenas um dos muitos fatores que influenciaram a expansão urbana, fazendo com que a necessidade de infraestrutura e equipamentos urbanos aumentasse, afetando também o funcionamento da cidade como um todo e comprometendo a vida cotidiana da população. Como resultado disso, emerge a intensificação dos problemas habitacionais, especialmente para a população de baixa renda (Rubin e Bolfe, 2014).

Com isso, inicia-se uma grande pressão por parte do operariado urbano, levando o Estado a se preocupar com a questão habitacional, que até então era entendida como uma conjugação de esforços através de estímulos à iniciativa privada, visando a derrubada de moradias insalubres e a construção de novas casas. Esta pressão foi responsável por algumas das primeiras ações voltadas à moradia popular, que foi a construção pelo setor privado ( em geral os donos de indústrias), de alguns dos primeiros empreendimentos habitacionais populares no Brasil, as vilas operárias, que serão melhor abordadas no decorrer deste trabalho (FINEP, 1985).

## 2.2 MORADIA POPULAR

Durante o período imperial, foram registradas ações governamentais em variados níveis de atuação e com diversos graus de intensidade e amplitude. Todavia, é durante esse mesmo período que verifica-se a expansão e o agravamento dos problemas habitacionais para populações de baixa renda em todo território nacional, indicando que os poucos esforços governamentais não estavam sendo suficientes para acabar com o problema (FINEP, 1985).

Entretanto, construir casas, “assumindo o papel de capitalista”, era contrário à concepção liberal do Estado vigente até 1930. Sendo assim, durante a Primeira República, prevaleceu-se o incentivo à iniciativa privada, adotado por todos os níveis do governo e regiões do país. Esses estímulos à iniciativa privada foram sempre bem aceito por higienistas, poder público e empreendedores. Para os empreendedores, isso seria muito benéfico, uma vez que aumentaria seus logros; para o poder público, mesmo que os resultados fossem ínfimos, era uma forma de

mostrar a iniciativa de melhoria da habitação para pessoas de baixa renda; para os higienistas, era a oportunidade perfeita para a difusão do padrão de habitação recomendável (Bonduki, 2013).

Um dos resultados desses estímulos foram, segundo Maricato (2000, p 22) as reformas urbanas:

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade.

Por essa razão, as moradias dos trabalhadores passaram a ser alteradas conforme ideais de higiene e economia, isso ocorreu após a elite brasileira, em função da disseminação das doenças começar a se preocupar pela saúde e bem estar nas cidades, uma vez que percebeu que as epidemias originadas nos assentamentos urbanos populares, em algum momento acabariam se alastrando para à cidade como um todo. Dessa forma, no final do século XIX, ocorreu uma grande campanha de higienização e moralização das classes menos privilegiadas. Tais problemas estavam relacionados também, com os cortiços<sup>2</sup>, habitações amontoadas e alugadas para pessoas de baixa renda. Essa tipologia habitacional se popularizou devido a abolição da escravatura e da falta de políticas públicas habitacionais após esse evento, do rápido aumento populacional e do alto custo dos aluguéis, uma vez que não existiam habitações populares acessíveis (Rubin e Bolfe, 2014).

É importante ressaltar que no que se refere às relações entre locador e inquilino, durante a Primeira República, vigoraram as disposições liberais da Constituição e do Código Civil, garantindo assim, o direito absoluto da propriedade, isto é, o domínio do proprietário sobre o imóvel alugado. O aluguel era definido conforme as regras do mercado, não contando com qualquer interferência Estatal (Bonduki, 2013).

De acordo com Bonduki (2013), essa característica do mercado imobiliário brasileiro só seria alterada em 1942, quando foi criado o Decreto-Lei do Inquilinato, instituindo o congelamento dos valores locativos e regulamentando as relações entre os locatários e os inquilinos, a criação deste Decreto-Lei, se tornou uma medida de enorme alcance, provocando grandes consequências na produção, distribuição e consumo das moradias populares.

---

<sup>2</sup> Habitações coletivas, geralmente construídas em casarões divididos em quartos, onde múltiplas famílias ou indivíduos compartilham espaços comuns como banheiros e cozinhas (Bonduki, 2013).

Segundo Villaça (1986), as classes dominantes preferiam conviver com vilas operárias do que com cortiços, e a única restrição elaborada pelo poder legislativo foi que as vilas não fossem construídas em áreas nobres ou potencialmente rentáveis. As atitudes segregacionistas que visavam manter essa classe distante, podem ser observadas, por exemplo, no Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894, apesar das vilas serem consideradas durante essa época modelos de habitação higiênica, esse Código determinava que elas deveriam ser implantadas longe da aglomeração urbana. Além disso, existiam também isenções fiscais para as vilas operárias construídas fora do perímetro urbano.

Rubin e Bolfe (2014) afirmam que, com a proclamação da República no ano de 1889, ocorreram algumas políticas segregacionistas nas áreas centrais das cidades, com a justificativa de controle sanitário por parte dos médicos higienistas, como forma de normatização da sociedade. Assim, empresas da iniciativa privada investiram na construção civil e no fornecimento de habitações, todavia, esses empreendimentos não eram destinados à classe trabalhadora. A política urbana adotada nesta época visava o embelezamento das cidades, especialmente nas áreas centrais, que passaram a abrigar comércios e serviços, expulsando os residentes desse espaço.

Assim, o valor dos terrenos próximos ao centro aumentou e somente as classes mais privilegiadas conseguiam pagar por essa localização. Dessa forma, as mudanças ocorridas mostraram a divisão do espaço urbano entre centro e periferia, como resultado, a população de baixa renda buscou suprir a crise habitacional ocupando terrenos vazios encontrados em subúrbios<sup>3</sup> e/ou encostas de morros (Rubin e Bolfe, 2014).

Na década de 1920, o discurso do poder público era de que a construção das habitações higiênicas iria resolver a questão da moradia. Estas, por sua vez, substituindo os cortiços e casebres, que eram considerados como os fomentadores dos problemas habitacionais. Ademais, nesse período o investimento na ampliação de redes de água e esgoto foi bastante expressivo, Rubin e Bolfe (2014) acrescentam também que durante esse momento, as ideias do Movimento Modernista começam a se disseminar no Brasil, sendo seu marco inicial, a Semana de Arte Moderna de 1922.

Já no campo da Arquitetura e Urbanismo, as ideias dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), da cidade jardim e das experiências europeias no campo habitacional foram bastante difundidas. Rubim e Bolfe (2014) acrescentam também, que essa difusão foi de grande importância para o entendimento da atuação do Estado na formulação de diretrizes habitacionais para a população de baixa renda. Vale notar que as primeiras

---

<sup>3</sup> Os subúrbios são comunidades residenciais afastados do centro das áreas metropolitanas (Maganga, 2022).

experiências modernas no campo da habitação foram casas destinadas à classe média construídas durante a década de 1920.

Como mencionado anteriormente, um dos primeiros exemplos de moradia moderna para os trabalhadores do país foram as vilas operárias, sendo a Vila Operária da Cidade de Valença, Bahia, uma das primeiras a serem implantadas no Nordeste. A referida Vila foi erguida no início do século XX (1923) pela Companhia Valença Industrial (CVI), visando abrigar os trabalhadores da indústria têxtil da empresa. Localizada nas proximidades do complexo industrial, a Vila era composta por casas padronizadas e seguia um modelo de organização típico das vilas operárias do período, com infraestrutura básica e vigilância sobre a vida dos moradores.

Esta vila, assim como todas as outras, refletia a política de controle social da empresa sobre seus funcionários, oferecendo moradia em troca de lealdade e disciplina. Além das residências, o espaço incluía equipamentos como escola, igreja e armazém, reforçando o vínculo entre vida e trabalho. A Vila foi um elemento central na formação da identidade operária local e na memória da cidade de Valença.

Como já foi aludido nesta pesquisa, a grande maioria dos investimentos no setor industrial foram destinados às cidades do Sudeste, em especial devido ao seu histórico com a produção cafeeira, que favoreceu a região no que se refere a infraestrutura de transportes e comunicações, que era mais desenvolvida em comparação com as demais regiões brasileiras, e da existência de políticas governamentais que beneficiavam a construção industrial nessa localidade, como isenções fiscais e preços de importação reduzidos. O quadro 2.2, a seguir, contém as dez primeiras vilas operárias do Brasil, bem como sua quantidade de unidades habitacionais, ano de inauguração, localização e a região em que se encontram:

Quadro 2.2 - Dez primeiras Vilas Operárias do Brasil

ANO DE INAUGURAÇÃO (APROXIMADO)	NOME DA VILA	FÁBRICA/EMPRESA RESPONSÁVEL	NÚMERO DE UNIDADES QUANDO INAUGURADAS (APROXIMADO)	LOCALIZAÇÃO	REGIÃO DO PAÍS
1889	Vila Bocayuva	Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro	800	Rio de Janeiro (RJ)	Sudeste
1891	Vila Arthur Sauer	Companhia de Saneamento	89	Rio de Janeiro (RJ)	Sudeste
1892	Vila Luis Tarquínio	Empório Industrial do Norte	258	Salvador (BA)	Nordeste
1915	Vila Economizadora	Sociedade Mútua Economizadora Paulista	127	São Paulo (SP)	Sudeste
1917	Vila Maria Zélia	Companhia Nacional de Tecidos e Juta	198	São Paulo (SP)	Sudeste
1919	Vila dos Ingleses	São Paulo <i>Railway</i> / Ferroviária	28	São Paulo (SP)	Sudeste
<b>1922</b>	<b>Vila Operária</b>	<b>Companhia Valença Industrial</b>	<b>143</b>	<b>Valença (BA)</b>	<b>Nordeste</b>
1922	Vila Diogo	Grupo Diogo Siqueira / Fábrica Araken	66	Fortaleza (CE)	Nordeste
1930	Vila Operária da Gamboa	Empresas participantes do Complexo Portuário da Gamboa	14	Rio de Janeiro (RJ)	Sudeste
1933	Vila Operária Fordlândia	<i>Ford Motor Company</i>	700	Aveiro (PA)	Norte

Fonte: elaborado por Borges (2025), com base em Costa (2020); Santos (2021); Oliveira (2023); Nascimento (2012); Nascimento (2025); Paixão (2006); Falconeri (2022); Itaú Cultural (2025); Machado (2021).

O Quadro acima evidencia a relação entre industrialização e habitação operária no país, comprovando o que foi dito anteriormente acerca das localidades em que as vilas foram construídas. A maioria delas estão localizadas na região Sudeste, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, refletindo o papel central desses centros urbanos na industrialização nacional. Além disso, no que se refere a Vila Operária de Valença, o quadro evidencia não só que ela foi a segunda vila a ser construída no Nordeste, mas também, a primeira que não se localizava em uma capital.

As vilas variam em tamanho, desde a Vila Bocayuva (RJ) com aproximadamente 800 unidades habitacionais (a maior do quadro) até a Vila Operária da Gamboa (RJ), com apenas 14 unidades. O Nordeste também teve participação relevante, com destaque para a Vila Luís Tarquínio (Salvador, BA), Vila Diogo (Fortaleza, CE) e a Vila Operária da Companhia Valença Industrial (Valença, BA), que é o objeto desta monografia.

O quadro demonstra ainda a diversidade dos responsáveis pelas vilas, incluindo empresas de saneamento, indústrias têxteis, ferroviárias e até transnacionais, como a *Ford Motor Company* na Fordlândia (Aveiro, PA). A iniciativa privada aparece como principal promotora desses empreendimentos habitacionais, usados para abrigar trabalhadores e suas famílias próximos ao local de trabalho. A seguir, será exposta uma análise referente às origens desse tipo de tipologia habitacional no Brasil, bem como a importância delas no que se refere à disseminação da moradia popular no país.

### 2.3 VILAS OPERÁRIAS

No Brasil, foi entre 1880 e 1960 que a construção das vilas operárias e núcleos residenciais de empresas encontrou maior expressão, persistindo até o final do século XX. Existe um equívoco acerca desta temática que consiste no entendimento destas vilas e núcleos como um fenômeno específico do início da industrialização. Entretanto, na realidade, estes lugares continuaram sendo criados após 1930. Na verdade, entre os anos de 1930 e 1960 surgiram números muito significativos em diferentes regiões do país (Correia, 2011).

Segundo Correia (211), a popularidade desses assentamentos foi grande durante o período da produção rentista, iniciado durante o início da República, onde o modo principal de se obter renda era através da exploração de ativos que geravam rendimentos econômicos, não dependendo da produção de bens ou serviços. Durante o rentismo, predominou a

construção por encomenda, que permitia a participação de investidores de variados portes. Na construção por encomenda, o contrato com o construtor, conforme o andamento da obra, poderia ser pago regularmente, nos casos em que muitas unidades habitacionais fossem ser construídas, antes mesmo de finalizá-las, era possível já estar recebendo aluguel das primeiras, que por sua vez, serviriam para pagar a construção das últimas.

A produção rentista favoreceu o surgimento de várias modalidades de moradia de aluguel. Sendo, uma delas, a vila operária, na forma de pequenas moradias unifamiliares construídas em série. Existem duas modalidades de vilas operárias: o assentamento habitacional que era promovido por empresas e destinado a seus funcionários, que será o foco deste trabalho; e o outro, produzido por investidores privados e destinado ao mercado de locação. Não era incomum que, por ambas as modalidades apresentarem as mesmas características físicas, elas fossem confundidas no espaço urbano (Bonduki, 2013).

De maneira geral, a construção das vilas operárias objetivava superar a dificuldade em atrair e reter a mão de obra pelas empresas e possibilitar o influenciamento direto dos patrões no cotidiano operário. Essa influência visava tornar o cotidiano dos operários solidário com a produtividade no trabalho. Durante esse período, uma moradia higienizada e que garantisse um grau de privacidade para seus moradores, era vista como essencial para a construção de operários saudáveis, disciplinados e mais produtivos. No caso das vilas operárias, esta ação associa-se também à necessidade de implantação de unidades produtivas em localidades rurais, junto a fontes de energia e/ou de matérias primas. A criação desses núcleos e vilas também está relacionado à busca de terras baratas e de autonomia da empresa em relação aos poderes (como igrejas, sindicatos e o Estado) sediados nas cidades (Correia, 2011)

Segundo Bonduki (2013), existe uma série de análises explicando o surgimento das vilas operárias como um gesto filantrópico entre os empresários que acreditavam na harmonia entre trabalho e capital. Porém, na realidade, as vilas eram utilizadas como uma maneira de atrair operários em um mercado de trabalho incipiente, ou até mesmo como forma de controlar e disciplinar o tempo livre dos trabalhadores, dessa forma, submetendo-os à ordem burguesa e mantendo-os sob controle permanente. É importante mencionar que algumas empresas não criaram apenas vilas, mas sim cidadelas, uma vez que se estabeleciam em locais isolados, não existindo mercado de trabalho ou cidades em que os moradores pudessem morar que oferecessem o mínimo de acesso a equipamentos urbanos.

Conseqüentemente, as vilas-cidadelas possuíam uma série de equipamentos coletivos,

como igrejas, escolas, pequenos comércios, clubes e enfermarias, que por sua vez eram administrados e sustentados pela indústria, o que fazia com que ela obtivesse controle quase absoluto sobre seus funcionários, tanto durante a jornada de trabalho, quanto nas horas livres.

Conforme Rolnik (1981), a vila operária funcionava como uma espécie de “laboratório de uma sociedade disciplinar, combinando um saber higienista com um poder que ao mesmo tempo proíbe, pune, reprime e educa”. Além dos fatores já mencionados, um dos motivos que levavam as empresas a construir vilas para seus empregados, era a necessidade de manter o pessoal responsável pela manutenção sempre próximo ao local de trabalho, pois em caso de alguma eventualidade, eles pudessem ser convocados. Este costumava ser o caso de vilas de companhias ferroviárias e de energia elétrica, no caso das indústrias têxteis, o alojamento para mestres, contramestres e outros trabalhadores especializados (até o momento escassos), foi o fator que incitou muitas empresas a investir nesses empreendimentos.

Consoantemente a Correia (2011), as vilas operárias e núcleos fabris erguidos entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, possuíam casas, igrejas, escolas e instalações industriais e exemplos de arquitetura com fachadas revestidas por decoração de viés eclético. Esses empreendimentos foram importantes expressões da conversão do Brasil em uma sociedade industrial não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, mas também pelas características formais que muitos deles assumiram ao remeterem valores, materiais e símbolos do mundo fabril.

Na arquitetura de algumas destas vilas emergiu uma estética tipicamente industrial, fundamentada em noções de economia, eficiência, utilidade e funcionalidade, muito semelhante às do movimento modernista, mesmo que este ainda não tivesse se popularizado no Brasil como pode ser observado nas Figuras 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 abaixo:

**Figura 2.1 - Vila Operária Luiz Tarquínio, Salvador, BA, 1892**



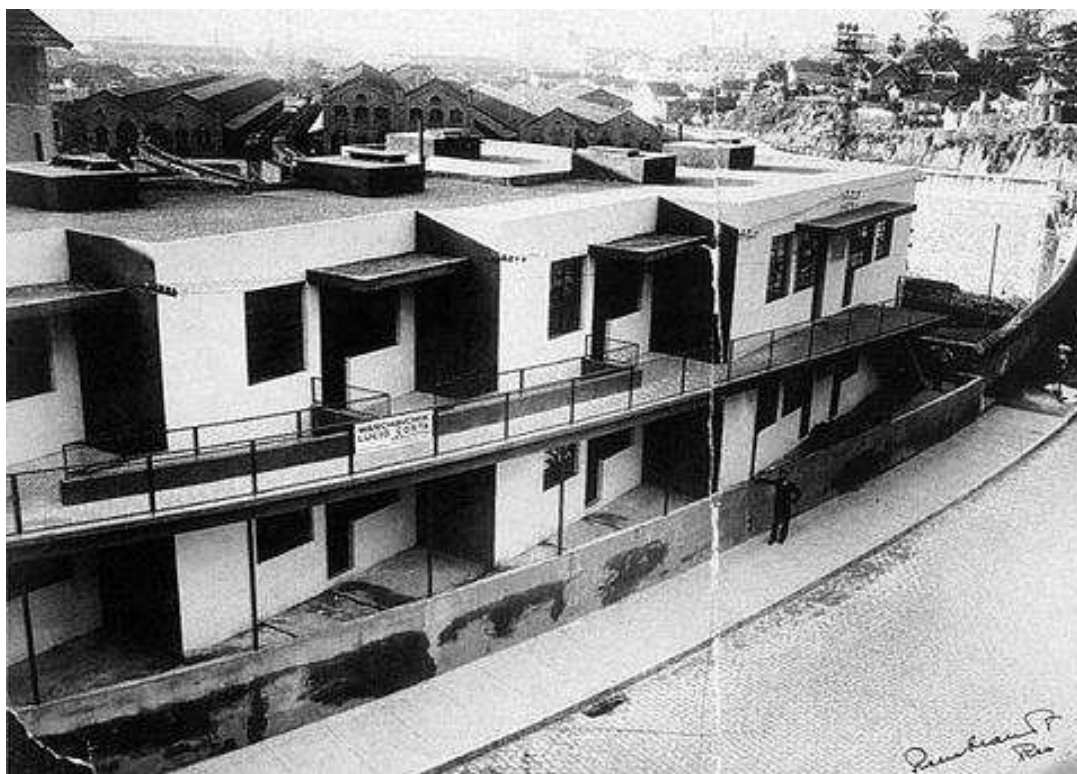
Fonte: Google Imagem, 2025.

**Figura 2.2 - Inauguração da Vila Maria Zélia, São Paulo, SP, 1917**



Fonte: São Paulo *in Foco*, 2021.

**Figura 2.3 - Vila Operária da Gamboa, Rio de Janeiro, RJ, 1930**



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural, 2024.

**Figura 2.4 - Vila Operária Fordlândia, Aveiro, PA, 1933**



Fonte: O Treco Certo, 2018.

Nas imagens acima, é possível notar que cada vila possui não só uma arquitetura única como também lógicas de funcionamento semelhantes, todavia a quantidade de unidades habitacionais é bastante distinta, ou seja, mesmo elas possuindo a mesma função, suas formas se apresentam de maneiras variadas. No capítulo a seguir, serão analisadas essas particularidades múltiplas da vila operária que foi implantada na cidade de Valença, Bahia, que como mencionado anteriormente, é o objeto principal deste trabalho.

### **3 A CIDADE DE VALENÇA - BA**

Durante muitos anos Valença foi considerada o maior pólo têxtil do Brasil graças às duas grandes indústrias que foram construídas na localidade: a Fábrica Todos os Santos e a Fábrica Nossa Senhora do Amparo, sendo assim, a atividade têxtil foi responsável por marcar profundamente não somente sua histórica econômica, mas também, aspectos de sua organização socioespacial.

Estes empreendimentos industriais desenvolvidos em Valença tiveram uma grande repercussão no cenário econômico da província e, até mesmo, do Império e também contribuíram para efetivar as mudanças na cidade no decorrer das primeiras décadas do século XX. Esse capítulo traz a história industrial da localidade e um dos principais resultados disto: a construção da vila operária.

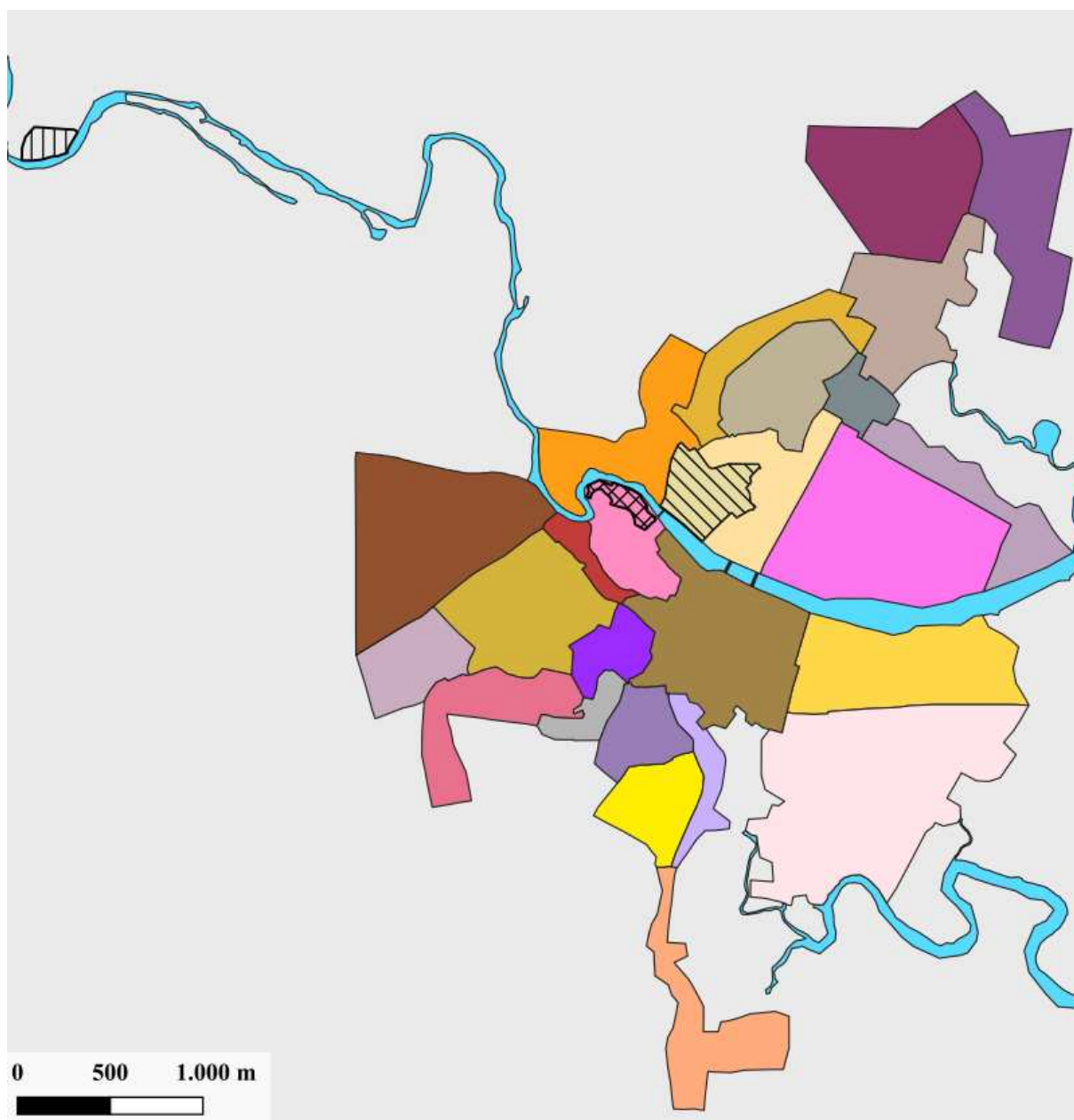
#### **3.1 LOCALIZAÇÃO E HISTÓRIA INDUSTRIAL**

A cidade de Valença, está localizada no estado da Bahia, na região Nordeste do país. Situando-se no Território de Identidade do Baixo Sul Baiano, a cerca de 124 km de Salvador Valença foi, originalmente, parte da Capitania de São Jorge dos Ilhéus e, administrativamente, pertencia à Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu. Originalmente o local era habitado por indígenas tupiniquins pacíficos, cenário que só viria a mudar com a chegada dos primeiros colonos por volta dos anos 1557 a 1571, período em que Mem de Sá era o Governador Geral do Brasil (IBGE, 2025).

Todavia, Valença só veio a ser reconhecida como vila pela coroa portuguesa através da carta régia de 23 de janeiro de 1799, em que o até então povoado conhecido como Amparo, situado às margens do Rio Una, se tornou a Vila de Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus, sendo, após cinco décadas, em 1849 elevada à condição de cidade através da Lei Provincial nº 368 (Felicio, 2018).

A cidade de Valença é composta por 26 bairros e sua organização socioespacial segue semelhante a da época em que o crescimento industrial e a urbanização da cidade estavam se difundindo nesse espaço urbano, como pode ser observado no Mapa 3.1, abaixo:

Mapa 3.1 - Divisão de bairros de Valença - BA



#### BAIRROS

SÃO FÉLIX	PITANGA	BATE QUENTE
URBIS	JAQUEIRA	TENTO
ALTO DE SÃO ROQUE	AGUAZINHA	AREAL
JARDIM GRIMALDI	AMPARO	PITANGUINHA
DENDEZEIROS	TAMARINEIRO	CAMPINHO
GRAÇA	BAIXA ALEGRE	VILA OPERÁRIA
NOVO HORIZONTE	ESTÂNCIA AZUL	LAPA
JAMBEIRO	BOLÍVIA	JACARÉ
TIO VIRGÍNIO	CENTRO	

#### OUTROS ELEMENTOS

FÁBRICA TODOS OS SANTOS
FÁBRICA NOSSA SENHORA DO AMPARO
VILA OPERÁRIA
RIO UNA
PONTE

SISTEMA DE REFERÊNCIA DE COORDENADAS (SRC): EPGS 31984 - SIRGAS 2000/UTM ZONE 24S  
 FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
 ELABORAÇÃO: MARIA LUIZA W.F. BORGES  
 JUNHO, 2025

É válido mencionar que mesmo antes de Valença conquistar a condição de cidade, já havia atividade industrial presente na mesma, pois no ano de 1844, se iniciou a construção de uma das primeiras fábricas de tecido do país, a Fábrica Todos os Santos, sustentada pelo capital de três grandes empresários: Antônio Pedroso de Albuquerque, Antônio Francisco de Lacerda, John Smith Gillmer, reunidos sob a razão social Lacerda e Cia, iniciando-se assim, a aceleração da industrialização de Valença (Oliveira, 1985).

O primeiro sócio, Antônio Pedroso de Albuquerque, antes de se tornar industrial, foi traficante de escravos na Bahia e dono de embarcações a vapor que atuavam dentro do Recôncavo Baiano e em outras províncias. Albuquerque foi um dos mais importantes comerciantes de Salvador e proprietário da Companhia de Navegação Santa Cruz, atuando entre os portos da Bahia até Maceió, na linha norte e até Caravelas na linha sul. O empresário também fez parte da Companhia de Navegação Bomfim, e foi membro da Diretoria da Companhia de Navegação Baiana (Felício, 2018).

Segundo Felício (2018), o segundo sócio, Antônio Francisco de Lacerda, era um comerciante dono de armazéns e depósitos, envolvido em uma série de transações comerciais entre os anos de 1860 a 1870, tanto na área de fabricação de chapéus quanto na companhia responsável pelo tráfego no porto de Salvador. Lacerda, juntamente a Pedroso, fizeram parte de uma comissão visando o calçamento de algumas ruas da capital baiana no ano de 1866. Lacerda também fez parte de algumas outras comissões, como a Comissão Central, criada em 1870, para a direção de socorros públicos, a Comissão para arborização, arruamento e enjardinamento da Praça da Piedade, em 1871, a Comissão de Inquérito sobre o estado da grande e pequena lavoura e as causas de sua prosperidade e decadência, em 1874, e também fez parte da direção da Companhia Promotora da Colonização de Chins (chineses), instalada em 1854.

O terceiro e último sócio era John Smith Gillmer, cônsul dos Estados Unidos na Bahia entre os anos de 1851 e 1862. Sua trajetória foi marcada por investimentos em casas de comércio e firmas de transporte. Há documentos que indicam que durante o mesmo período que Gillmer foi cônsul, ele também se envolveu com tráfico ilegal de escravizados. O norte-americano participou da Diretoria da Associação Comercial da Bahia concomitantemente à fundação da Todos os Santos e atuou na direção da Caixa filial do Banco do Brasil na Bahia em 1860 (Felício, 2018).

Os três empresários anteriormente mencionados se tornaram industriais através do investimento de capital na Fábrica Todos os Santos, que naquele momento foi um grande

exemplo de inovação tecnológica por conta da maquinaria da mesma. Os equipamentos eram importados dos Estados Unidos e da Inglaterra, cuja força motriz era acionada hidraulicamente. Devido a estes equipamentos, a Fábrica Todos os Santos, ao contrário de outras unidades fabris, não encontrava problemas quanto ao tipo de energia que fazia seu maquinário funcionar (Paixão, 2006).

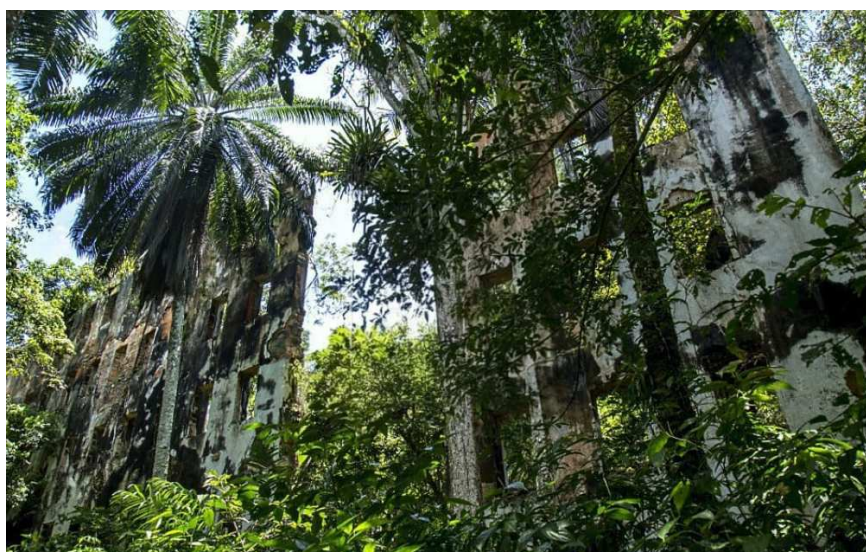
Além disso, no que se refere ao processo de implantação da fábrica, há outra pessoa que também foi essencial, John Monteiro Carson, um norte-americano naturalizado brasileiro, que foi o engenheiro responsável pela elaboração do projeto e estruturação das turbinas movidas à energia hidráulica (Oliveira, 1985). As Figuras 3.1 e 3.2 apresentam a Fábrica Todos os Santos nos anos de 1850 e 2016:

**Figura 3.1 - Fábrica Todos os Santos, 1850**



Fonte: Oliveira, 2009.

**Figura 3.2 - Ruínas da Fábrica Todos os Santos, 2016**



Fonte: Chaves, 2016.

Como pode ser notado nas Figuras acima, a Fábrica Todos os Santos, que antes fora uma das mais importantes do Brasil, encontra-se em ruínas, em grande parte isso se dá ao processo de decaimento da fábrica com o passar dos anos e da incorporação da mesma pela Companhia Valença Industrial, que será melhor abordada no decorrer deste capítulo.

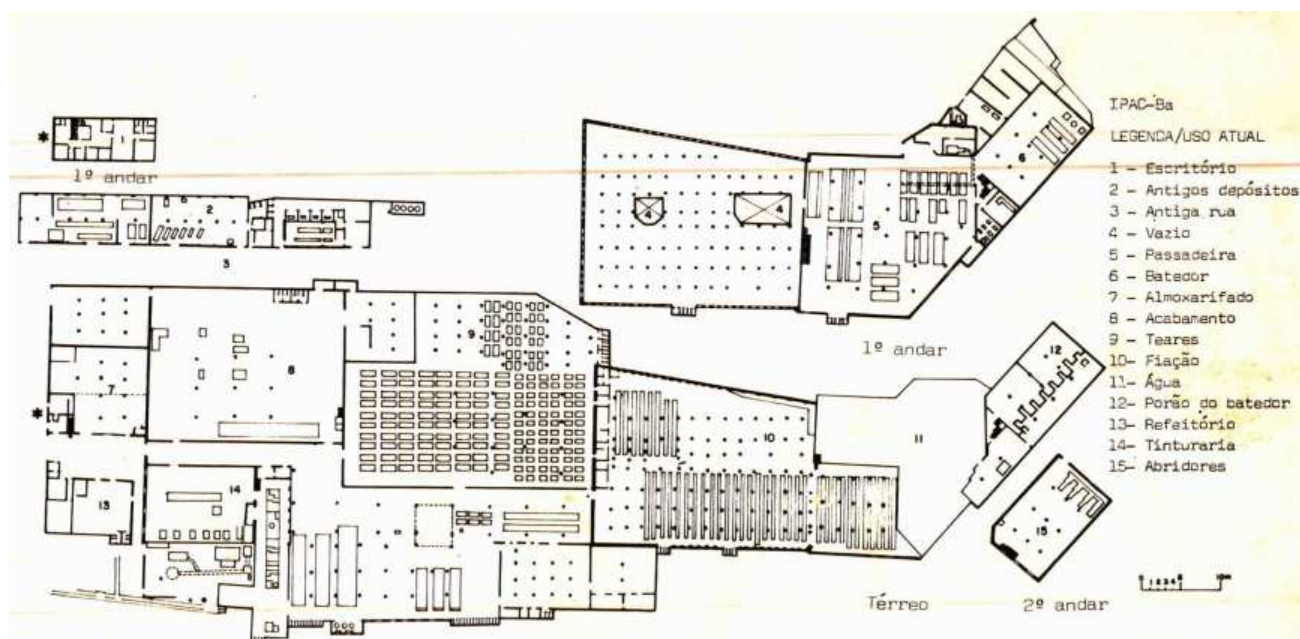
É citado por Azevedo (1969), que o combustível utilizado pelas fábricas a vapor era ou carvão mineral, importado da Inglaterra, ou lenha, cujo consumo acabava por empobrecer a área, além disso ela era trazido de muito longe, uma vez que os engenhos e usinas haviam promovido o desmatamento do Recôncavo Baiano desde o período colonial. Valença possui energia hidráulica acessível devido a sua proximidade com grandes mananciais, o que explica o crescimento da indústria local.

A escolha da firma Lacerda e Cia de implantar a Todos os Santos, apesar do contexto, que aparentava ser desfavorável, e sua evolução marcou visceralmente a história de Valença, tanto do ponto de vista econômico, quanto pelas mudanças socioespaciais. O fato de a localização de Valença não ser tão favorável ao comércio resultou em dificuldades que se impunham não só na produção, mas também, no que diz respeito à comercialização. O mercado consumidor da Todos os Santos acabou por limitar-se basicamente à Província e a Pernambuco, e, apesar de seu grande potencial produtivo, pelo qual passou a ser considerada a melhor fábrica do Império, e talvez da América do Sul, a fábrica jamais chegou a operar em toda sua capacidade. Em seu primeiro ano de funcionamento, a Todos os Santos estava operando com pouco mais de um quarto de suas máquinas (Oliveira, 1985).

No decorrer dos anos, fatores como rentabilidade além das expectativas, dificuldades quanto ao suprimento de matéria prima, a concorrência com os tecidos estrangeiros, e a ausência de mercado consumidor na Província, fomentaram a dissolução da sociedade Lacerda e Cia. Apenas Antônio Pedroso de Albuquerque permaneceu à frente do empreendimento, uma vez que ele havia comprado as partes do patrimônio dos seus outrora sócios, Antônio Francisco de Lacerda e John Smith Gilmer, se tornando seu único proprietário. Sob o comando de Pedroso, a fábrica continuou funcionando por cerca de 16 anos, até o encerramento definitivo de suas atividades em 1876 (Paixão, 2006).

Paixão (2006), afirma também que desde o ano de 1860, já havia uma outra fábrica têxtil funcionando em Valença: a Fábrica Nossa Senhora do Amparo, que assim como a Todos os Santos se situava às margens do Rio Una, sendo de propriedade da firma Madureira e Dultra, composta por Bernardino de Sena Madureira e Luiz Rodrigues Dultra Rocha Filho. Abaixo estão as imagens 3.3, 3.4 e 3.5, representando a planta baixa original da fábrica e seu estado de conservação no ano de 1875 e 2025.

Figura 3.3 - Planta baixa original da Fábrica Nossa Senhora do Amparo, 1860



Fonte: Câmara Municipal de Valença, 2025.

Figura 3.4 - Fábrica Nossa Senhora do Amparo, 1875



Fonte: Paixão, 2020.

**Figura 3.5 - Fábrica Nossa Senhora do Amparo, 2025**



Fonte: Borges, 2025.

A Fábrica Nossa Senhora do Amparo se manteve em boas condições porque após a anexação das indústrias têxteis valencianas ao patrimônio da Companhia Valença Industrial, foi ela que se tornou a principal fábrica da firma, uma vez que ela possuía equipamentos mais modernos que a Todos os Santos, e localização mais privilegiada em relação ao perímetro urbano de Valença (Paixão, 2006).

Bernardino de Sena Madureira era um valenciano de família abastada e proprietário de uma serraria a vapor, uma fundição, uma fábrica de vidro e algumas embarcações. Segundo Oliveira (1985), Madureira havia hospedado o Imperador Dom Pedro II em 1860, em sua primeira visita à Valença. O segundo proprietário da firma, Luiz Rodrigues Dutra Rocha Filho, era um comerciante de Salvador, e um dos fundadores do Banco da Bahia.

Conforme Paixão (2006), a fábrica têxtil fundada por esses empresários era mais modesta que a Todos os Santos, contudo, ela possuía equipamentos mais modernos e pretendia confeccionar tecidos finos, juntamente aos tecidos grossos, que já estavam estabelecidos no mercado. Esta foi uma tendência, em várias outras indústrias têxteis que, a partir de 1811, começaram a diversificar sua produção, embora a confecção de tecidos grossos ainda predominasse.

No que se refere às atividades realizadas na Fábrica Nossa Senhora do Amparo, Paixão (2006, p. 37) acrescenta também que:

A Fábrica Nossa Senhora do Amparo produzia neste período brins brancos para roupas, brins riscados, toalhas, guardanapos, lonas, além de tecidos para açúcar e café. Todavia, ela não teve muito melhor sorte que a Todos os Santos. Enfrentou as mesmas dificuldades similares àquelas enfrentadas pelos sócios da Lacerda e Cia. Os entraves econômicos que “afligiam as indústrias de tecido instaladas na Província” levaram a Nossa Senhora do Amparo a buscar novos investidores, capazes de injetar capitais que garantissem sua manutenção.

No ano de 1869, com a crise que a Nossa Senhora do Amparo enfrentava desde que foi implantada, a firma Madureira e Dultra vendeu a fábrica a Antônio Francisco de Lacerda, o proprietário da Todos os Santos, que a registrou como patrimônio pertencente a firma Lacerda e Irmãos, constituída pelos filhos de Antônio Lacerda, Antônio Francisco, Augusto Frederico e Joaquim (Felício, 2018).

De acordo com Oliveira (1985), uma vez que as dificuldades anteriormente mencionadas se mantiveram, a firma Lacerda e Irmãos vendeu a fábrica, o autor afirma, que isso teria ocorrido porque com o falecimento de Antônio Francisco de Lacerda (pai), seus filhos deixaram de ser apenas proprietários nominais da fábrica e precisariam assumir a responsabilidade pelas dívidas da mesma, todavia, os herdeiros não demonstraram interesse em um negócio tão pouco rentável.

A venda da fábrica Nossa Senhora do Amparo ocorreu no ano de 1877 à firma Moreira, Irmãos e Cia, constituída pelos irmãos José e Luiz Pinto da Silva Moreira e pelo sócio Domingo Gonçalves de Oliveira, sete anos mais tarde, a firma adquiriu também a inativa Todos os Santos. Além disso, a partir de 1870, graças aos dados disponíveis sobre a indústria têxtil, foi possível notar uma tendência de crescimento das fábricas têxteis existentes na Bahia, traduzidos pela expansão de suas capitais e pela ampliação de suas instalações (Paixão, 2006).

Paixão (2006), acrescenta também que no final dos anos 1880, ocorreram mudanças significativas no setor industrial, com uma tendência de estabelecimento de sociedade por ações, que não só concentrou mas também verticalizou as empresas. Com isso, em 1887, ocorreu a fundação da Empresa Valença Industrial, que englobava as Fábricas Todos os Santos e Nossa Senhora do Amparo, uma fundição, uma serraria, fazendas, barcos chafarizes e encanamento de água. Desta forma, em 1889, firmava-se a sociedade anônima Companhia Valença Industrial (CVI), que no ano de 1922, viria a inaugurar a Vila Operária, que foi o primeiro empreendimento de habitação popular na cidade.

Esses empreendimentos industriais implantados em Valença, a partir do século XIX tiveram grande repercussão no cenário econômico da Província, e até mesmo do Império, contribuindo para a efetivação de grandes mudanças na cidade, como será visto mais a frente. Para além dos obstáculos que marcaram intrinsecamente a histórias das indústrias têxteis que deram origem à CVI, prevalece o fato de que esta se tornou um dos maiores referenciais para a cidade (Paixão, 2006). A seguir, será apresentada uma linha do tempo (Figura 3.6) condensando os grandes marcos do período industrial têxtil de Valença:

**Figura 3.6 - Grandes Marcos do Período Industrial Têxtil de Valença - BA**



Fonte: elaborado por Borges (2025), com base em Oliveira (1985); Felício (2018); Paixão (2006).

A linha do tempo apresentada acima retrata de maneira clara e cronológica os principais marcos históricos da industrialização da cidade de Valença - BA, entre os séculos XVI e XX. Evidenciando como o território, inicialmente habitado por povos indígenas tupiniquins e, posteriormente colonizada por portugueses, passou por um processo gradual de urbanização e industrialização, com forte influência do capital privado e de empreendedores locais e estrangeiros.

O destaque vai para a fundação da Fábrica Todos os Santos em 1844, considerada uma das primeiras fábricas têxteis do Brasil, e a posterior criação da Fábrica Nossa Senhora do Amparo em 1860. Esses empreendimentos não apenas impulsionaram a economia local como também marcaram o início de uma nova configuração urbana e social em Valença, com a introdução de tecnologias inovadoras, como o uso da energia hidráulica.

A trajetória dessas fábricas também revela os desafios enfrentados pela indústria brasileira no século XIX, como a escassez de matéria-prima, concorrência internacional e limitações no mercado consumidor. Esses obstáculos culminam em mudanças na gestão e propriedade das fábricas, até a fundação, em 1889, da Companhia Valença Industrial (CVI), consolidando os esforços industriais locais em uma sociedade anônima.

Por fim, os marcos de 1922 e 1980, no primeiro, a inauguração da Vila Operária de Valença, que deu início a fase do envolvimento direto com a moradia dos trabalhadores e o surgimento de um tecido urbano operário, alinhado às transformações sociais e à consolidação da classe trabalhadora, e cerca de 60 anos depois, deu se início a venda dessas moradias, que em geral foram vendidas aos antigos locatários, que será abordada no item a seguir.

### 3.2 A CRIAÇÃO DA VILA OPERÁRIA

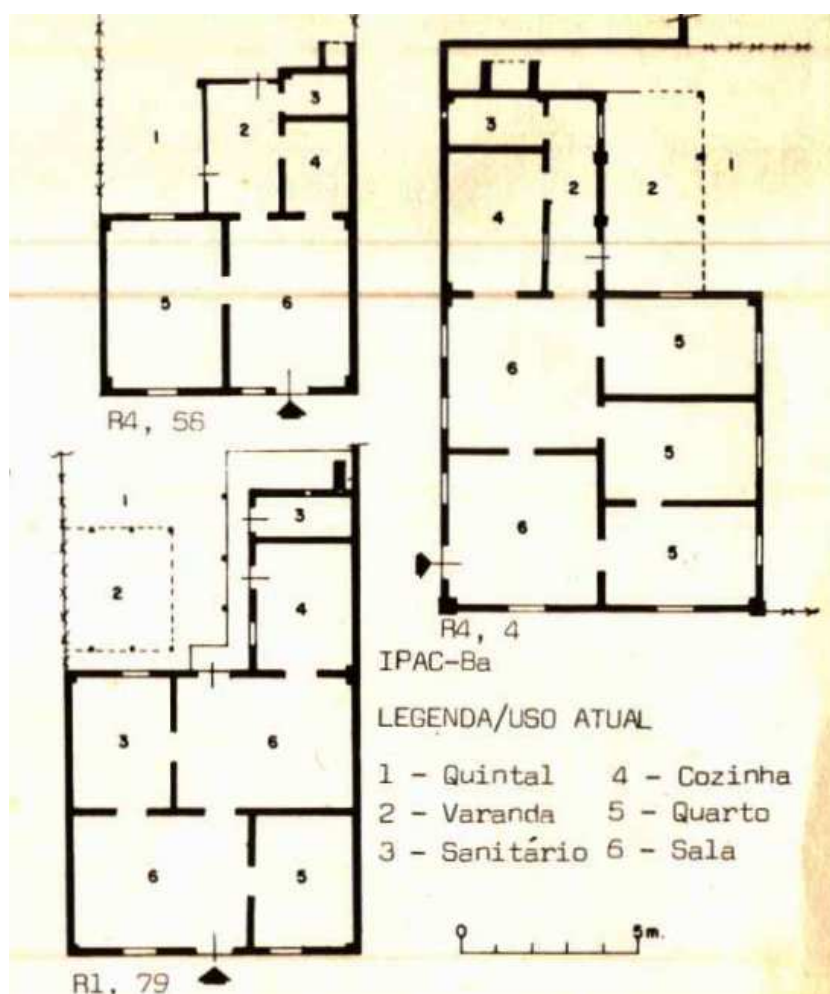
A Vila Operária da cidade de Valença, BA, está intrinsecamente ligada ao processo de industrialização iniciado no Brasil no século XIX. Sua criação se deve à fundação da Companhia Valença Industrial, responsável por implantar a Vila na margem esquerda do Rio Una no ano de 1922. A ideia do projeto foi do engenheiro Raul Malbouisson, que, durante a construção da Vila, era o gerente da CVI. Em sua inauguração, a Vila contava com 143 casas, sendo ampliada, no ano de 1928, com mais 26 casas, totalizando 166 unidades habitacionais (Oliveira, 2009).

Inspirada nos modelos europeus de vilas industriais, sobretudo os ingleses, a Vila foi projetada para abrigar os trabalhadores da CVI e suas famílias, oferecendo uma estrutura habitacional e social inédita para os padrões brasileiros da época, especialmente no Nordeste.

A vila foi administrada por seis décadas pela empresa que a construiu. Esse vínculo entre a empresa e moradia operária repercutiu significativamente na vida dos trabalhadores (Paixão, 2006).

A vila contava com casas padronizadas, creche, biblioteca, praça arborizada, capela, iluminação pública, escola e até mesmo assistência médica, configurando-se como um dos primeiros experimentos de habitação voltada à classe trabalhadora no Brasil. As vilas foram, não apenas uma inovação social, mas também um marco no planejamento urbano-industrial do país. Existiam três tipos de habitação na Vila: o Tipo I, composto por um quarto, uma sala, banheiro e cozinha; o Tipo II, composto por dois quartos, duas salas, banheiro e cozinha; e o Tipo III, composto por três quartos, duas salas, banheiro e cozinha, como pode ser visto na Figura 3.7 a baixo (Câmara Municipal de Valença, 2025):

**Figura 3.7 - Planta baixa original das casas de Tipo I, II e III**



Fonte: Câmara Municipal de Valença, 2025.

Os dois primeiros tipos de casa são recobertos com telhados de duas águas, enquanto o terceiro é de esquina e recoberto por telhado de três águas, suas plantas não apresentam circulação diferenciada e os serviços constituem um apêndice posterior, que se integra ao quintal. As casas são formadas por telhas-vãs, com piso cimentado, substituindo a tijoleira primitiva. Todas possuem fachadas pintadas de amarelo, decoradas com frisos brancos e janelas de veneziana e vidro com verga reta. Apesar de muitas das casas terem alterado sua fachada original, foi possível encontrar algumas que mantiveram as antigas características, como pode ser visto nas Figuras 3.8 e 3.9:

**Figura 3.8 - Casa nº 73, 2025**



Fonte: Borges, 2025.

Figura 3.9 - Casa s/n, 2025



Fonte: Borges, 2025.

A análise das plantas e das imagens permite a compreensão de aspectos formais, construtivos e simbólicos da Vila, evidenciando as transformações sofridas com o passar do tempo. As plantas baixas I, II e II, apresentam uma hierarquia funcional. O Tipo I, mais simples, provavelmente foi destinado a famílias pequenas ou a operários solteiros, enquanto os Tipo II e III apontam uma ampliação do espaço doméstico. Entretanto, em todas as tipologias, nota-se a existência de varanda frontal e quintal posterior, bem como uma organização que integra a cozinha e os serviços ao fundo do lote, elementos bastante característicos das casas operárias desde o século XIX.

Estas casas representam mais que habitações, elas espelham o resquício de uma política de organização urbana e de controle social, típico das vilas industriais. Como pode ser visto nas Figuras 3.8 e 3.9 acima, ainda que muitas residências tenham sido reformadas, ampliadas ou descaracterizadas, é possível encontrar exemplares que mantêm sua estrutura semelhante à original. As mencionadas unidades habitacionais constituem o que Santos (2006) chama de rugosidade, demonstrando que apesar do tempo ter passado, aquelas unidades residenciais seguem na forma como um testemunho material de um momento crucial na industrialização do Brasil e da formação da classe trabalhadora, sendo elas fundamentais

para a memória social de Valença e para discussões sobre o patrimônio industrial e a habitação operária no país.

Paixão (2006), discorre sobre a dificuldade para se obter uma casa na Vila, e que haviam restrições ao acesso, afirmando que é possível inferir que o comportamento do (a) operário (a) que fosse considerado como “adequado” pela fábrica poderia obter o chamado “fator determinante para se ter acesso ao benefício da moradia na vila”. Segundo análise de Singer (1988, p 73):

Estas vilas serviam a vários propósitos: encurtar o trajeto entre moradia e local de trabalho; aumentar a dependência do operário em relação à empresa, pois em caso de ser demitido ele perdia tanto o emprego quanto o teto; supervisionar a vida privada dos trabalhadores: enquanto os que se revelavam bebedores, jogadores ou mulherengos eram despedidos, os assíduos, religiosos, sóbrios e poupadores ganhavam preferência nas promoções.

Ainda em conformidade com a pesquisa de Paixão (2006), essa dificuldade de acesso à essas moradias se dá entre outros fatores pelo fato de que a casa na Vila era considerada uma conquista pelos operários, ante a necessidade de um teto, e sua obtenção implicava em fazer parte de uma longa lista de pretendente que iam, gradativamente, sendo atendidos.

No que se refere ao valor do aluguel, que era previamente descontado no “envelope” (salário), era bastante acessível, ainda mais levando-se em conta que despesas como água e eletricidade já estavam inclusas neste. Mesmo considerando o pagamento do aluguel um valor razoável, quando os operários recebiam seu salário da semana, muito pouco restava para suprir outras demandas domésticas. Cerca de seis décadas após a construção da Vila Operária, iniciou-se o processo de venda das residências, primeiramente para os então, inquilinos, que as adquiriram mediante negociação com o gerente e pagamento do valor estipulado pela CVI (Paixão, 2006). Abaixo, nas Figuras 3.10 e 3.11 pode-se ver um contrato de compra e venda da década de 1980 de uma casa na Vila Operária:

Figura 3.10 - Contrato de compra e venda, 1988

**REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS**  
**ANTONIO R. DO CARMO**  
**OFICIAL**  
*[Assinatura]*  
**VALENÇA - BAHIA**

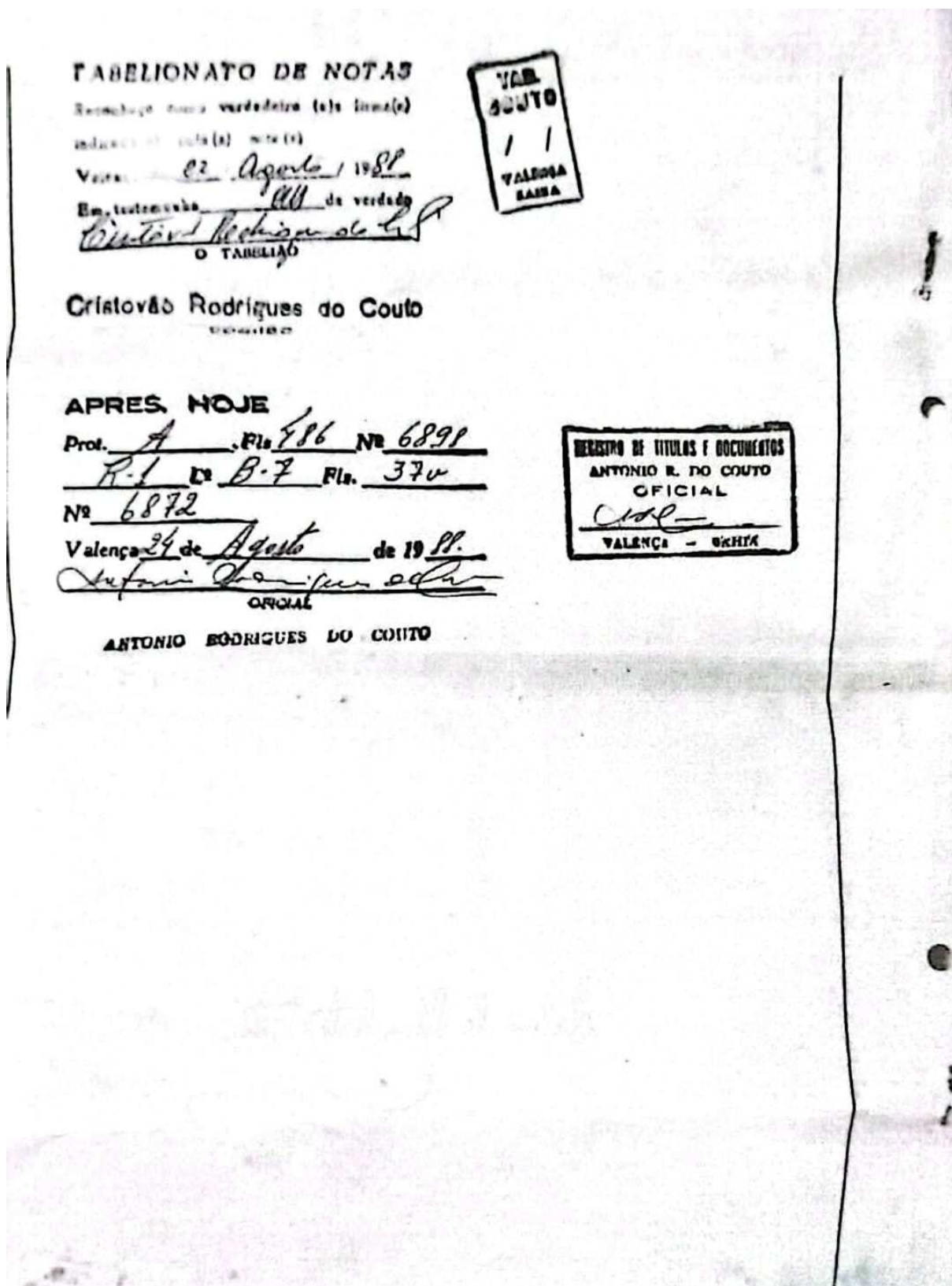
✓ DOCUMENTO PARTICULAR DE VENDA E COMPRA,  
 ✓ CELEBRADO ENTRE PARTES: VENDEDORA A CIA  
 ✓ VALENÇA INDUSTRIAL; COMPRADORA [REDACTED]  
 ✓ [REDACTED], tudo na forma abaixo:::

A COMPANHIA VALENÇA INDUSTRIAL, com CGC. Nº15.102.098/0001-65, com sede em Salvador-Bahia, representada por seus Diretores, estes por seu Procurador Dr. Dalmo da Silva Costa Filho e Ernesto Barbosa Sobrinho brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta cidade de Valença-Bahia, constituído nos termos da Procuração Pública lavrada no 5º Ofício de Notas de Salvador-Bahia, L-256, fls.195, em 23.01.1985, na qualidade de legítima possuidora, livre de onus, de UMA CASA RESIDENCIAL, situada à Rua 02(dois), numero 40, na Vila Operaria, bairro de São Felix, Valença-Bahia, coberta de telhas, paredes de tijolos e as laterais meirias, quintal, piso acimentada, duas janelas e porta de frente, medindo de largura na frente 7.00m. (sete metros), comprimento casa e quintal 18.00m. (dezoito metros); dita casa está cadastrada perante o Município sob Nº01.1.011.0060.001-844 e tem registro anterior Nº12, em 14.11.1877 no Cartório Imobiliário desta Comarca. VENDE como vendida tem a outorgante, por seus procuradores, dita casa acima, em favor de [REDACTED], brasileira, maior, operaria aposentada, residente nesta cidade de Valença-Bahia, pela quantia de R\$6.493,94 (SEIS MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E TRES CRUZADOS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS), que já recebeu em moeda corrente e legal deste País, pelo que ratificamos a quitação já dada pela vendedora, obrigando-se pela defesa dos direitos da compradora quando chamada à autoria, tudo a bem desta transação. VALENÇA-BA, aos vinte dois (22) AGOSTO de mil novecentos e oitenta e oito (1988). x-x-x

Vendedora: ↑ *Dalmo da Silva Costa Filho* ←  
 PP. DALMO DA SILVA COSTA FILHO  
 ↑ *Ernesto Barbosa Sobrinho* ←  
 PP. ERNESTO BARBOSA SOBRINHO -  
 [REDACTED] ← a favor da compradora:

Testemunhas: *Felício Soares de Sá* ←  
*Aluísio dos Santos* ←

Figura 3.11 - Contrato de compra e venda, 1988



O documento apresentado acima representa um ponto crucial na história dos operários: o momento em que a influência da indústria reduziu em suas vidas através da aquisição da casa própria. Com o processo de desmobilização desse modelo de habitação vinculada ao emprego, iniciado na década de 1980, ficou marcado na história de Valença o momento em que a casa operária foi transformada em propriedade privada, encerrando, ao menos formalmente, o vínculo direto entre moradia e subordinação laboral, fazendo com que a carga tributária inerente aos custos da casa passassem a ser de responsabilidade do proprietário do imóvel.

Além disso, esse empreendimento que antes fora vinculado à moradia dos operários da CVI, que eram vigiados constantemente, consolidou-se como um bairro da cidade. No capítulo seguinte, serão analisadas quais outras transformações a Companhia Valença Industrial fomentou no espaço urbano da cidade.

Atualmente, apesar da vila manter parte de sua configuração original (Mapa 4.1), como a organização das ruas, as fachadas e algumas casas não alteraram sua forma original, é possível notar também as novas formas que se encontram no bairro atualmente. As construções antigas se mesclam às novas. Vale salientar que algumas das casas originais foram reformadas atendendo uma estética mais moderna, como pode ser visto na Figura 3.12:

**Figura 3.12 - Casas 65, 71 e 79, 2025**



Fonte: Borges, 2025.

Em Valença, nota-se a inexistência de políticas públicas voltadas à conservação deste patrimônio operário, contribuindo, assim, para a descaracterização do conjunto. Apesar da mudança em algumas casas, algo que permanece no bairro é a organização comunitária através das relações dos vizinhos, solidariedade entre os moradores e as festas tradicionais que aludem ao tempo da fábrica, que serão mais exploradas no próximo capítulo. Esse panorama ilustra o que Halbwachs (1990) chama de lugar de memória coletiva, no qual o espaço físico atua como alicerce da identidade de um grupo.

Entretanto, os moradores ainda lidam com dificuldades. A ausência de políticas de valorização da cultura local, o risco da especulação imobiliária e a estrutura envelhecida representam ameaças à permanência da Vila como patrimônio vivo. A Lei Municipal nº 2.743/2022, responsável por instituir o programa “Prefeitura nos Bairros”, que tem como objetivo percorrer todos os bairros da cidade na frequência de um bairro por mês promovendo uma força tarefa para os serviços de manutenção (recuperação de vias e próprios públicos, reposição de lâmpadas), saúde, educação e assistência social, assim como orientação e conscientização da população na conservação dos locais públicos, bem como ouvir a comunidade sobre oportunidades de melhoria e demandas (Valença, 2022).

Apesar dessa Lei ser uma importante iniciativa, ainda é necessário a realização de ações mais específicas voltadas à conservação do patrimônio da Vila, uma vez que ela possui grande valor histórico e cultural para este território.

Tendo isso em vista é imprescindível que o poder público local reconheça o valor simbólico, cultural e histórico da Vila Operária de Valença. Muito mais do que um conjunto de casas, ela representa a materialização de um período extremamente importante para a história local, um momento em que o trabalho, a luta e a convivência convergiram em um modo de vida único. Logo, conservar a Vila é também conservar a memória da cidade e da classe trabalhadora que muito contribuiu para o crescimento de Valença. No capítulo seguinte, serão analisadas quais outras transformações a Companhia Valença Industrial fomentou no espaço urbano da cidade.

## **4 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO FOMENTADAS PELA COMPANHIA VALENÇA INDUSTRIAL**

Como mencionado anteriormente, a industrialização brasileira, especialmente durante o século XIX, foi um processo que transformou inteiramente a configuração urbana e social de diversas cidades brasileiras. Nesse contexto, Valença destaca-se como uma das mais importantes experiências industriais no Brasil. A Companhia Valença Industrial representou muito mais que um polo fabril, mas também um agente muito importante no que se refere à remodelação do espaço urbano e da reorganização da vida social na cidade.

A implantação da Indústria em Valença, bem como suas estruturas complementares, como a Vila Operária, os sistemas de energia e abastecimento e os equipamentos sociais configuraram profundas mudanças na paisagem urbana e na dinâmica populacional local. Estabelecendo, ao mesmo tempo, novas relações de trabalho, moradia e convivência, responsáveis por redefinir os vínculos sociais e territoriais dos trabalhadores. Dessa forma, a cidade passou a experimentar um modelo de urbanização industrial que vinculava expansão urbana, controle social e crescimento técnico.

Portanto, esse capítulo busca analisar as principais transformações urbanas (tanto no espaço físico quanto no social) fomentadas pela CVI, com ênfase na Vila Operária e em sua expansão, visando compreender como a industrialização não apenas mudou o espaço físico da cidade, mas também forjou novas identidades coletivas, hierarquias sociais e maneiras de ocupar o território.

### **4.1 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO FÍSICO**

A CVI foi responsável por inaugurar uma nova fase no desenho urbano de Valença, marcando o início de um processo de reorganização espacial intrinsecamente ligado ao crescimento da atividade industrial no Brasil. Após a implementação da Fábrica, e de suas estruturas complementares, a cidade de Valença deixou de ser apenas um entreposto comercial do Sul do Recôncavo Baiano, passando a assumir a forma de um centro urbano com características modernas, moldado pelas demandas do capital fabril e pelas novas lógicas de produção e circulação.

Uma das maiores transformações foi a construção da Vila Operária, erguida entre os anos de 1919 e 1922, sendo ela planejada e financiada pela CVI, estando localizada nas

proximidades da Fábrica e se consolidando como o primeiro projeto de habitação social na cidade (Oliveira, 2009). Abaixo está o Mapa 4.1 contendo suas delimitações originais:

**Mapa 4.1 - Perímetro original da Vila Operária e perímetro atual do bairro Vila Operária**



- ▭ PERÍMETRO ORIGINAL DA VILA OPERÁRIA
- ▭ PERÍMETRO ATUAL DO BAIRRO VILA OPERÁRIA
- ▭ QUADRAS HABITACIONAIS
- ▭ PRAÇA GETÚLIO VARGAS
- ▭ ESCOLA ESTADUAL GETÚLIO VARGAS

SISTEMA DE REFERÊNCIA DE COORDENADAS  
(SRC): EPGS 31984 - SIRGAS 2000/UTM ZONE 24S  
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ELABORAÇÃO: MARIA LUIZA W.F. BORGES  
JUNHO, 2025

Como pode ser notado no Mapa acima, a Vila possuía nove quadras residenciais e um grande espaço central, onde estavam localizadas a praça e a escola. É válido mencionar que até os dias atuais, a Vila Operária, até o ano de 2026 era o único bairro de Valença que possuía uma rede de esgoto fecal e químico separada da rede de captação de água pluvial (Oliveira, 2006).

Posteriormente, com o crescimento do tecido urbano da cidade, a Vila Operária passou a ser um bairro, compreendendo uma área consideravelmente maior que o original, todavia, isso não foi institucionalizado pela legislação local, a cidade de Valença não possui uma Lei de Delimitação de Bairros oficial, ela possui apenas a Lei de nº 2.743 de 2022, que apesar de discorrer sobre o Programa “Prefeitura nos Bairros”, não aborda a delimitação destes (Câmara Municipal de Valença, 2025).

No que se refere às transformações provocadas pela CVI, Oliveira (2006, p.84 e 85) afirma que:

Em função das necessidades de energia decorrentes do surgimento das fábricas, no final do século XIX, Valença já possuía turbinas geradores de energia elétrica que iluminavam a cidade [...]. No século seguinte, o crescimento da indústria exigiu a construção da Usina do Candengo, em 1922, com duas turbinas, melhorando também o abastecimento da cidade. Assim, a cidade de Valença já possuía, em 1883, sistema de água tratada e encanamento em tubos de ferro, para chafarizes das suas principais praças e várias casas particulares, fornecido pela empresa aquífera da Companhia Valença Industrial [...]. No ano de 1884, a cidade de Valença recebeu seu sistema de iluminação pública, também fornecido pela CVI, em contrato feito com a Câmara Municipal.

A Usina Hidrelétrica do Candengo vinha mostrando-se insuficiente desde sua inauguração em 1922, gerando uma série de transtornos referentes ao abastecimento de energia elétrica para a Fábrica e para a cidade. Por conta disso, a CVI solicitou à Construtora Norberto Odebrecht um levantamento e orçamento para a construção de uma turbina que resolvesse o problema. A turbina mostrou-se resistente e altamente eficiente, fazendo com que a Usina do Candengo passasse a gerar energia o suficiente para o abastecimento da Fábrica e da cidade de Valença inteira a partir de 1949 (Oliveira, 2006).

A CVI também foi de extrema importância para Valença na infraestrutura viária e de mobilidade urbana, tendo sido a responsável pela construção de pontes de madeira com mecanismos móveis, como a ponte de alçapão e a ponte de gaveta, que cruzavam o Rio Una conectando a área que costumava ser chamada de São Félix (margem esquerda do Rio Una), com Valença (margem direita do Rio Una). Hoje, ambas as partes foram unificadas como território de Valença, mas naquela época, essa foi uma importante inovação para facilitar o deslocamento de operários, mercadorias e matérias primas entre a fábrica, a Vila Operária e o

centro comercial da cidade. Essas intervenções não apenas integraram fisicamente dois lados distintos de Valença, como também estimularam o adensamento e a ocupação urbana da margem esquerda do rio, antes subutilizada. Cabe mencionar também, que atualmente, as pontes são de concreto e fixas (Oliveira, 2006).

Outrossim, Oliveira (2006) relata também que o entorno da CVI foi urbanizado através da introdução de equipamentos públicos e de lazer, como por exemplo o clube “Recreativa”, que possuía biblioteca, salão de festas e áreas para atividades culturais, como por exemplo a Festa do Amparo, que será melhor analisada no próximo item, e também com o apoio financeiro na construção do Teatro Municipal, equipamento inaugurado no ano de 1910. Esses elementos passaram a compor a paisagem urbana de Valença como símbolos do progresso industrial e da tentativa da CVI de moldar o espaço urbano.

Logo, pode-se perceber que a CVI teve uma grande contribuição para a redefinição dos limites territoriais e administrativos de Valença. Com o crescimento populacional e a urbanização em torno da Fábrica, ocorreu a expansão do tecido urbano, bem como o surgimento de novos bairros e da ocupação de áreas periféricas.

Dessa forma, pode-se concluir que a influência da Companhia Valença Industrial não se limitou apenas ao seu espaço intramuros, mas alcançou também a cidade como um todo, redefinindo suas formas urbanas, sua infraestrutura e também suas dinâmicas territoriais. No item a seguir, serão abordadas as transformações de cunho social provenientes da implantação da CVI na cidade de Valença.

#### 4.2 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO SOCIAL

As transformações ocorridas em decorrência da implantação da CVI em Valença, não se deram apenas no espaço físico, mas também no social, a Companhia Valença Industrial não foi apenas um polo fabril, mas também a responsável pela reconfiguração das dinâmicas sociais locais, promovendo o surgimento de uma nova classe operária urbana, alterando práticas cotidianas e introduzindo um novo modelo de vida industrial, articulando o espaço físico e à lógica produtiva da época (Paixão, 2006).

Como abordado no item anterior, a construção da Vila Operária foi a materialização mais evidente dessas transformações, isso porque, uma vez que a Vila foi inaugurada, ela representava para Valença uma tipologia habitacional até então inédita na cidade, que além de abrigar os operários da Fábrica, também os mantinha em vigilância constante (Baixo Sul em

Pauta, 2022).

As vilas operárias configuravam-se como um ambiente de produção e disciplina social em que o capital determinava o cotidiano dos moradores (Santos, 2017). Frequentemente, festas, atividades religiosas, recreação e até relações familiares eram medidas ou organizadas pela CVI. Um exemplo disso é a festa mais tradicional de Valença, a Festa do Amparo.

Nossa Senhora do Amparo, a escolhida como padroeira dos operários (e Santa escolhida para denominar a Fábrica Nossa Senhora do Amparo), é amplamente homenageada em Valença, não só pelos operários, mas também por toda a cidade, na verdade, o dia de Nossa Senhora do Amparo (8 de novembro), é feriado municipal que mobiliza até as novenas que o antecedem. A popularidade deste evento supera até mesmo a festa do padroeiro oficial do município: O Sagrado Coração de Jesus (Paixão, 2006). Abaixo, na Figura 4.1, a procissão do Amparo:

**Figura 4.1 - Procissão de Nossa Senhora do Amparo, 2017**



Fonte: Google Imagem, 2025.

Esta é uma demonstração de como os operários da CVI, em seu movimento de constituição de um grupo social específico, impactaram o meio social de Valença, não somente como força de trabalho, mas também como agente social que interfere decisivamente

na história local. Essa festa é um ótimo exemplo de como a história de Valença têm vínculo direto com a Companhia Valença Industrial. A CVI teve grande influência no crescimento e transformação da cidade, cuja história e identidade alcançaram diversas gerações de valencianos, causando impacto nas relações sociais, culturais e na religiosidade do povo local (Paixão, 2006).

Paixão (2006), aponta que esse novo ambiente construído a partir da implantação da Vila, foi um espaço muito relevante no que se refere à construção de laços de solidariedade e identidade coletiva. A experiência em comum, a vizinhança compartilhada, e os espaços coletivos, por exemplo a Praça Getúlio Vargas, no coração da Vila Operária, possibilitaram a formação da cultura operária local. Nesse sentido, a Vila acabou por se tornar um símbolo de resistência e pertencimento, se mantendo viva através dos ex-moradores e seus descendentes, mesmo após a redução da atividade industrial. Correia (1994, p. 214), discorre que essa relação afetiva com o espaço demonstra que “os núcleos fabris e suas vilas não foram apenas ambientes funcionais, mas espaços de reprodução social e cultural”.

Ademais, é válido apontar que a CVI foi um fator determinante para a reconfiguração do perfil social da cidade. O crescimento da Fábrica não só atraiu trabalhadores de diversos locais, como também empregou a mão de obra local disponível, em especial mulheres e órfãos, pois por possuírem mãos menores, eram considerados os trabalhadores adequados para lidar com os fios mais delicados. Esse novo contingente populacional influenciou na aceleração da urbanização e promoveu uma reorganização das camadas sociais locais (Silva; Santos, 2017).

Esse fenômeno se apresenta através da mudança nos contornos urbanos da cidade, que obedecendo à lógica capitalista tinha de um lado os trabalhadores, concentrados num espaço geográfico limitado, sob o controle e a disciplina da Fábrica, que a partir do momento de inauguração da Vila Operária (1922), passou a incluir também seus lares, e de outro, separado pelo Rio Una, membros de camadas sociais mais abastadas, instalados em meio ao centro comercial, financeiro e administrativo da cidade (Paixão, 2006)

Em suma, a Companhia Valença Industrial foi um agente estrutural do espaço urbano e das relações sociais em Valença. Suas ações impactaram a cidade em dois principais aspectos:

- No plano físico, com a construção da Vila operária, da Usina Hidrelétrica do Candengo, das pontes e dos equipamentos públicos;
- No plano social, com a consolidação de uma classe operária urbana submetida a um regime de controle, trabalho e convivência, com a redução do desemprego local e com

as influências culturais aderidas pelos operários e, posteriormente, pela cidade como um todo.

Sendo assim, compreender as transformações sociais e urbanas promovidas pela Companhia Valença Industrial é também compreender como o processo de industrialização no Brasil foi capaz de articular técnicas, territórios e subjetividades, produzindo cidades marcadas tanto pela lógica do capital quanto pelas vivências da classe trabalhadora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa monografia demonstrou como a Companhia Valença Industrial fomentou as transformações socioespaciais da cidade de Valença. Partindo da investigação das fases iniciais da industrialização brasileira e da criação de vilas operárias como modalidade habitacional popular, foi possível inferir que a CVI se constituiu como um agente estruturador do espaço urbano valenciano.

No espaço físico, a empresa foi responsável pela modernização da cidade através da Vila Operária, da Usina Hidrelétrica do Candengo, do sistema de água encanada e iluminação pública, bem como na construção de pontes e de equipamentos de cultura e lazer. Estes feitos não só reorganizaram o território valenciano, mas também promoveram o crescimento do tecido urbano de Valença, integrando novas áreas e redefinindo os limites desta cidade.

No espaço social, a CVI corroborou para a formação de uma classe operária urbana que, inicialmente era submetida a regimes de trabalho e controle intensos, mas que, com o passar do tempo e da mudança de paradigma da Indústria, houve uma flexibilização do nível de controle sobre os operários.

A trajetória da Vila Operária de Valença retrata uma modalidade de habitação operária intensamente ligada ao processo de industrialização do início do século XX. Entretanto, mesmo após o processo de decaimento da Companhia Valença Industrial, a Vila manteve-se erguida, não cedendo à descaracterização completa e sendo, posteriormente, incorporada à cidade de Valença na condição de bairro. A permanência da vila e de seu simbolismo cultural imputa desafios e oportunidades às políticas públicas locais, principalmente no campo da habitação e memória popular.

Outrossim, a aplicação da já mencionada Lei Municipal nº 2.743, está limitada ao fornecimento de serviços como limpeza urbana, consertos em vias públicas e atendimento social, não contemplando políticas mais elaboradas na área de conservação, requalificação e reconhecimento da Vila como patrimônio operário da cidade. O programa apesar de representar um avanço no que se refere a presença governamental nos bairros periféricos, ainda não foi articulado diretamente a uma política de valorização da memória urbana e identidade local.

Em função do exposto, aponta-se ser indispensável pensar a Vila Operária como parte essencial do patrimônio material de Valença. Visando sua conservação, é necessário a criação de políticas públicas que vão além de infraestruturas básicas. É preciso elaborar estratégias

que reconheçam e valorizem a história, a luta, as memórias e as suas contribuições para a atual configuração da cidade.

Sendo assim, foram pensadas três propostas que poderiam auxiliar a gestão municipal a alcançar esse objetivo:

- a) Criação de uma Lei de Bairros que contenha os limites atuais dos bairros da cidade;
- b) Melhoria do Programa Prefeituras nos Bairros visando articulá-lo diretamente a uma política de valorização da memória urbana e identidade local;
- c) Elaboração de um projeto de Zonas Espaciais de Interesse Social (ZEIS) visando a conservação do bairro da Vila Operária através da priorização da habitação de interesse popular e da restrição da especulação imobiliária.

Por fim, é importante ressaltar que a herança do processo de industrialização brasileira deixa marcas visíveis tanto na paisagem urbana quanto nas memórias coletivas da população de Valença, e investigar essas transformações é fundamental para não apenas entender o passado da cidade, mas também os desafios de sua organização interna tanto no presente quanto no futuro.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Patrimônio industrial no Brasil**. arq. urb., n. 3, p. 11-22, 2010.

AZEVEDO, Thales de; LINS, Edilberto Quintela Vieira. **História do Banco da Bahia, 1858-1958**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

BAIXO SUL EM PAUTA. **Memória Operária**: a vila da Companhia Valença Industrial (CVI), 2022. Disponível em: <https://baixosulempauta.com.br/254-2/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Análise Social, p. 711-732, 1994.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

CHAVES, Rubens. **Ruínas da primeira fábrica têxtil com energia hidráulica do Brasil - Fábrica Todos os Santos - localizada nas margens do Rio Una - Área de Preservação do Candengo**. Pulsar Imagens. Disponível em: <https://www.pulsarimagens.com.br/foto/foto?assunto=>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CORREIA, Telma de Barros. **Arquitetura e controle**: vilas operárias no Brasil (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2011.

CORREIA, Telma de Barros. **Forma urbana e arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2011.

CORREIA, Telma de Barros; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne. **Brasil, suas fábricas e vilas operárias**. PosFAUUSP, n. 20, p. 10-32, 2006.

CORREIA, Telma de Barros. **Os núcleos fabris**: a prevenção à cidade e a moralização do trabalhador. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 10, n. 2, p. 209-226, jul./dez. 1994. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1153>. Acesso em: 12 jul. 2025.

COSTA, Mariana. **Vilas Operárias do Horto, Rio de Janeiro (RJ)**. Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT), set. 2020. Disponível em: <https://lehmt.org/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

FALCONERY, Lucas. **Vilas antigas guardam passado de uma fortaleza operária e mantêm convivência afetiva entre vizinhos**. Diário do Nordeste, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

FELÍCIO, Nilceanne Nogueira Lima. **As fábricas têxteis do Rio Una**: história sobre trabalho e indústria em Valença-Bahia (1844-1887). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.

FINEP – GAP. **Habitação popular**: inventário da ação governamental. Rio de Janeiro: São Paulo Editora S/A, 1985.

FREITAS, Eduardo de. **Indústria Contemporânea no Brasil. Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/>. Acesso em: 7 nov. 2024.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. **A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 7, n. 1, p. 17-53, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Valença. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

ITAÚ CULTURAL. **Vila Operária da Gamboa, Rio de Janeiro (RJ)**. Enciclopédia Itaú Cultural, jun. 2024. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MACHADO, André. **Fordlândia**: a cidade operária no Pará construída para produzir látex para os pneus da Ford. O Globo, jan. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MAGANGA, Matthew. **A periferia da cidade**: subúrbios e habitação de baixo custo. ArchDaily, abr. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**. Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 21-33, 2000.

NASCIMENTO, Douglas. **Vila dos Ingleses**. Descubra Sampa, jun. 2018. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/vila-dos-ingleses/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

NASCIMENTO, Douglas. **Vila Maria Zélia**. São Paulo Antiga, out. 2012. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/vilamariazelia/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

OLIVEIRA, Abrahão. **A Vila Economizadora e a memória operária de SP**. São Paulo In Foco, jun. 2023. Disponível em: <https://www.saopauloinfoco.com.br/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

OLIVEIRA, Edgar Otacílio da Silva. **Valença: dos primórdios à contemporaneidade**. 2. ed. Valença, BA: FACE, 2009.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **A industrial cidade de Valença: um surto de industrialização na Bahia do século XIX**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1985.

PAIXÃO, Indinéia Ramos. **Festa do Amparo – Valença – BA**. Memórias do Baixo Sul. Disponível em: <https://memoriasdobaixosul.com.br/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PAIXÃO, Neli Ramos. **Ao soar o apito da fábrica: idas e vindas de operários (as) têxteis em Valença-Bahia (1950-1980)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

ROLNIK, Raquel. **Cada um tem seu lugar**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU-USP, São Paulo, 1981.

RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil**. *Ciência e Natura*, v. 36, n. 2, p. 201-213, mai. 2014.

SANTOS, Marilécia de Oliveira. **O viver na “cidade do bem”**: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio, na Boa Viagem – Bahia (1892-1946/47). Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB), 2017.

SANTOS, Marilécia Oliveira. **Vila Operária de Luiz Tarquínio, Salvador (BA)**. LEHMT – Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho, 2021. Disponível em: <https://lehmt.org/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, Jailson de Jesus; SANTOS, Rita de Cássia Almeida. **Intervenções no espaço urbano: um desafio à paisagem? O estudo de Valença (Bahia – Brasil)**. *GeoNordeste*, v. 28, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária no Brasil**. São Paulo: Atual; Campinas: UNICAMP, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed., 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2020.

TOTVS. **O que é cabotagem e quais seus benefícios na logística?** Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/gestao-logistica/cabotagem/>. Acesso em: 30 mai. 2025.

VALENÇA. **Câmara Municipal**, 2025. Disponível em: <https://www.camaravalenca.ba.gov.br/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

VALENÇA (BA). **Lei Municipal nº 2.743, de 10 de maio de 2022**. Institui o Programa “Prefeitura nos Bairros”, no âmbito do Município de Valença. Diário Oficial do Município de Valença, Valença, BA, 11 maio de 2022. Disponível em: <https://www.valenca.ba.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2025.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.